



35ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 035051
03/10/2011

Sumário Executivo Sangão/SC

Introdução

Trata o presente Relatório dos resultados dos exames realizados sobre 16 Ações de Governo executadas no município de Sangão - SC em decorrência da 35ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

A fiscalização teve como objetivo analisar a aplicação dos recursos federais no Município sob a responsabilidade de órgãos e entidades federais, estaduais, municipais ou entidades legalmente habilitadas, relativa ao período fiscalizado indicado individualmente em itens constantes na segunda parte deste documento, tendo sido os trabalhos de campo executados no período de 17/10/2011 a 21/10/2011.

Informações sobre indicadores socioeconômicos do município sorteado:

Informações socioeconômicas:	
População:	10400
Índice de Pobreza:	23,89
PIB per Capita:	R\$ 10.750,00
Eleitores:	5876
Área:	83 km²

Fonte: Sítio do IBGE

Os trabalhos foram realizados em estrita observância às normas de Fiscalização aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas, dentre outras, as técnicas de inspeções físicas e registros fotográficos, análises documentais, realização de entrevistas e aplicação de questionários.

Este Relatório, destinado aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, gestores centrais dos programas de execução descentralizada, contempla, em princípio, constatações de campo que apresentam as situações evidenciadas que subsidiarão a adoção de medidas preventivas

e corretivas, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo.

Informações sobre a Execução da Fiscalização

Quantidade de ações de controle realizadas nos programas/ações fiscalizados:

Ministério	Programa/Ação Fiscalizado	Qt.	Montante Fiscalizado por Programa/Ação
Controladoria-Geral da União	GESTÃO DE REC. FEDERAIS PELO MINICÍPIOS E CONTROLE SOCIAL	1	Não se aplica.
Totalização Controladoria-Geral da União		1	Não se aplica.
Ministério da Educação	Brasil Escolarizado	3	R\$ 109.055,30
	Estatísticas e Avaliações Educacionais	1	Não se aplica.
	Qualidade na Escola	1	R\$ 187.200,00
Totalização Ministério da Educação		5	R\$ 296.255,30
Ministério da Saúde	Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	1	R\$ 738.719,84
	Atenção Básica em Saúde	1	R\$ 1.411.397,00
	Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros	1	R\$ 419.560,75
	GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL	1	Não se aplica.
Totalização Ministério da Saúde		4	R\$ 2.569.677,59
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Erradicação do Trabalho Infantil	1	R\$ 50.000,00
	Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1	Não se aplica.
	Proteção Social Básica	2	R\$ 153.828,34
	Transferência de Renda com Condições - Bolsa Família	2	R\$ 527.123,04
Totalização Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		6	R\$ 730.951,38
Totalização da Fiscalização		16	R\$ 3.596.884,27

Esclarecemos que os Executores Municipais dos Programas, quanto àqueles sob sua responsabilidade, já foram previamente informados sobre os fatos relatados, tendo se manifestado em 28/11/2011, cabendo ao Ministério supervisor, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

Análise dos Resultados

1. Durante os trabalhos de fiscalização realizados no Município de Sangão/SC, no âmbito do 035º Sorteio de Municípios, foram constatadas diversas falhas relativas à aplicação dos

recursos federais examinados, sendo demonstradas, por Ministério e Programa de Governo, na segunda parte deste Relatório. Dentre estas, destacam-se, a seguir, as de maior relevância quanto aos impactos sobre a efetividade dos Programas/Ações executados na esfera local:

2. Deficiências na atuação das instâncias de controle social do Município.
 3. Ausência de controles adequados que permitam a verificação dos pagamentos efetuados com recursos do PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.
 4. Deficiências na programação de aquisições de medicamentos, de armazenagem e controle de estoques nas Unidades de Saúde e ausência de farmacêutico responsável pela Coordenação do Programa de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos no município.
 5. Descumprimento, por parte dos profissionais de saúde do município, de carga horária semanal prevista para atendimento no PSF.
 6. Ausência de execução da atividade em todos os dias da semana, bem como ausência de atividades no período de recesso escolar na execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no município.
 7. Aplicação de recursos em despesas não elegíveis para o Programa Bolsa Família e ausência de identificação de pagamento na execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD).
 8. Vale ressaltar que, apesar desta análise estar segmentada por área ministerial, não se deve perder de vista aqueles aspectos que, em razão de sua transversalidade, caracterizam mais fortemente as deficiências da Gestão Municipal, sendo, pois, aqueles que, se corrigidos, tendem a proporcionar melhorias relevantes.
-



35ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 035051
03/10/2011

Relatório Sangão/SC

1. Controladoria-Geral da União

Na Fiscalização realizada, a partir de Sorteios Públicos de Municípios, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as seguintes Ações, no período de 01/01/2011 a 31/12/2011:

* GESTÃO DE REC. FEDERAIS PELO MINICÍPIOS E CONTROLE SOCIAL

Relação das constatações da fiscalização:

1.1. PROGRAMA: 0127 - GESTÃO DE REC. FEDERAIS PELO MINICÍPIOS E CONTROLE SOCIAL

Ações Fiscalizadas
1.1.1. 0127 - GESTÃO DE REC. FEDERAIS PELO MINICÍPIOS E CONTROLE SOCIAL Objetivo da Ação: Levantamento de informações referentes aos contadores responsáveis pelo acompanhamento de unidades municipais fiscalizadas no âmbito do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. Levantamento de informações acerca da gestão municipal. Levantamento de indicadores socioeconômicos.

Dados Operacionais

Ordem de Serviço: 201116342	Período de Exame: 01/01/2011 a 31/12/2011
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Informações a serem utilizadas em levantamentos gerenciais.	

1.1.1.1 Constatação

Ausência de atendimento à determinação da Lei 9.452/97

Fato:

A Prefeitura Municipal de Sangão/SC, em resposta à Solicitação de Fiscalização n.º 01, de 07/10/2011, informou que: “o Município de Sangão informa os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais sobre a liberação de recursos através da Câmara Municipal de Vereadores”.

Ressaltamos que independentemente da informação à Câmara Municipal, que deve ser realizada pelo repassador dos recursos, a Lei 9.452/97 determina que a Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos federais notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos, o que não vem ocorrendo no município de Sangão/SC.

Manifestação da Unidade Examinada:

Através do Ofício SAF Nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal apresentou suas manifestações sobre o Relatório. Contudo, não houve manifestação específica sobre esta constatação.

Análise do Controle Interno:

A Prefeitura Municipal não se manifestou sobre a constatação.

2. Ministério da Educação

Na Fiscalização realizada, a partir de Sorteios Públicos de Municípios, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as seguintes Ações, no período de 31/12/2009 a 04/11/2011:

- * Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica
- * Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica
- * Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica
- * Censo Escolar da Educação Básica
- * Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental

Relação das constatações da fiscalização:

2.1. PROGRAMA: 1061 - Brasil Escolarizado

Ações Fiscalizadas
2.1.1. 8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica Objetivo da Ação: Cumprir as normas e orientações relativas à execução do programa; Executar os recursos repassados pelo FNDE para a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar em conformidade com a legislação contábil, financeira e licitatória; Garantir a qualidade da alimentação fornecida; Fornecer contrapartida complementando os recursos federais recebidos; Disponibilizar informações ao gestor federal para cadastro de conselheiros, profissionais de nutrição e outras informações solicitadas.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201116088	Período de Exame: 01/01/2011 a 30/09/2011
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 45.216,00
Objeto da Fiscalização: Ente Estadual/Municipal executor da ação Processo de aquisição de alimentos e distribuição dos gêneros às escolas das redes estadual/municipal de ensino. Regular oferta de alimentação nas escolas de acordo com a legislação do programa em vigor. Correta constituição e atuação dos conselhos no acompanhamento da execução do programa.	

2.1.1.1 Constatação

Conselho de Alimentação Escolar de Sangão atua apenas na aprovação da prestação de contas do PNAE.

Fato:

Verificamos a atuação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no acompanhamento e controle da execução do PNAE, correspondente a 2011, mediante entrevista com o Presidente do Conselho do CAE e análise das atas de reunião.

Constatamos que a atuação do CAE é basicamente voltada à aprovação da prestação de contas anual do PNAE. Segundo entrevista realizada com o Presidente do CAE, registrada por escrito, o conselho atua basicamente na aprovação da prestação de contas do PNAE.

Destacamos as competências do conselho, com base na Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

"Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho."

Adicionalmente, constatamos a falta de atividades de capacitação e treinamento para os membros do conselho.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício SAF Nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação:

"O Conselho é um órgão de ação não remunerada, em virtude disso, torna-se difícil cumprir com todas as competências, dessa forma priorizamos a análise e aprovação da prestação de contas dos recursos do PNAE.

Foi promovido pela SMEC por intermédio do Programa Formação pela Escola um curso de formação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, porém, poucos tiveram interesse em participar do curso".

Análise do Controle Interno:

A manifestação apresentada apenas corroborou os fatos constatados, sem acrescentar fatos novos.

2.1.1.2 Constatação

Infraestrutura de armazenamento dos gêneros alimentícios nas escolas de Sangão precisa de melhorias pontuais.

Fato:

Durante a verificação da execução do PNAE no município de Sangão constatamos que a Prefeitura Municipal não possui estoque central, os gêneros são entregues diretamente nas escolas em períodos regulares que variam de 1 a 2 semanas.

Nas escolas visitadas, NEF Campo do Sangão, NEF Areinha, NEF Ângelo Antônio Felisberto, PECantinho Feliz e Creche Brincando e Aprendendo, verificamos que as condições de preparo e estocagem da merenda do PNAE em geral é satisfatória: condições de higiene, equipamentos refrigeradores/congeladores e utensílios de cozinha. Em todas as escolas os alimentos estão acondicionados em armários e não foi encontrada nenhuma embalagem que apresentasse violação, más condições ou data de validade expirada.

Contudo, há alguns pontos que precisam de melhorias como a inexistência de tela de proteção contra insetos nas janelas e armários com portas defeituosas ou mesmo sem portas, permitindo a entrada de insetos. As fotos a seguir demonstram os fatos apontados:



Portas não fecham. NEF Angelo A. F.



Janela sem tela. NEF Angelo A. F.



Janela sem tela. NEF Areinha



Armário sem portas. NEF Areinha



Janela sem tela. NEF Campo do Sangão



Janela sem tela. Creche Brincando e Aprendendo



Armário sem portas. Creche Brincando e Aprendendo

Destacamos que as fotos acima não são exaustivas, ou seja, não mostram todos os locais com problemas. Estas fotos são apenas exemplos que evidenciam os fatos apontados.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício SAF Nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação:

"Todas as providências em relação ao item acima estão sendo tomadas e estarão regularizadas até o início do ano letivo de 2012".

Análise do Controle Interno:

A Prefeitura Municipal reconhece as falhas apontadas e afirma que elidirá as falhas até o início do próximo ano letivo.

Ações Fiscalizadas
2.1.2. 0969 - Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica Objetivo da Ação: Garantir a oferta de transporte escolar aos alunos do ensino público, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201116135	Período de Exame: 01/01/2011 a 30/09/2011
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 63.839,30
Objeto da Fiscalização: Aquisição, Prefeitura Municipal/SEDUC, de combustível para os veículos escolares e de serviços contratados junto a terceiros para o transporte dos alunos; Pagamento de despesas com impostos e taxas, peças e serviços mecânicos. Atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social.	

2.1.2.1 Constatação

Risco à segurança dos alunos por ausência de utilização dos cintos de segurança e defeitos na parte elétrica dos veículos escolares.

Fato:

Analizando a execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE no Município, identificamos a utilização de uma frota de veículos escolares, em geral, adequada sendo em sua maioria de propriedade da Prefeitura além de alguns veículos pertencentes às empresas contratadas pela Prefeitura Municipal de Sangão para o transporte dos alunos da rede escolar.

Foram localizados veículos apresentando problemas aparentes como: bancos rasgados, cintos de segurança danificados ou presos/escondidos sob os bancos e problemas elétricos como falha no funcionamento das setas indicadoras, luz de ré e luz de freio.

Estes são os veículos com problemas:

- Veículo Placas MJK6819: cintos de segurança sob o banco;
- Veículo Placas MDB0294: cintos de segurança defeituosos;
- Veículo Placas MGZ3570: cintos de segurança defeituosos, setas indicadoras, luz de freio e luz de ré inoperantes;

- Veículo Placas MGM3383: cintos de segurança presos sob o banco, dificultando o uso;

- Veículo Placas MFB5162: setas indicadoras do lado esquerdo inoperantes, cintos de segurança sob o banco;

Veículo Placas LNX7722: setas indicadoras do lado direito inoperantes, cintos de segurança sob o banco.

OBS: O veículo placas MGZ3570 regularizou os defeitos elétricos imediatamente após a fiscalização e esta equipe de fiscalização constatou o conserto antes que este saísse para efetuar sua rota. Os demais veículos com defeitos elétricos foram fiscalizados enquanto faziam sua rota.





Com relação ao uso do cinto de segurança, além da inspeção física dos veículos, a equipe de fiscalização observou os veículos durante o transporte e também realizou entrevistas com alunos beneficiários do programa. Os resultados destas ações indicam para a falta de utilização do cinto de segurança por parte das crianças.

Ressalta-se que é sabido que, por vezes, há resistência ao uso do cinto de segurança por parte das crianças. Contudo é dever dos responsáveis pelo transporte escolar zelar pela segurança destas crianças e eventuais danos físicos, causados pela ausência de utilização do cinto durante um sinistro, não poderão ser justificados pela recusa das crianças em utilizar o cinto. Os gestores, os motoristas e, principalmente, os monitores das crianças devem estar sempre cientes de sua responsabilidade legal perante estas crianças.

Com relação aos condutores, todos estavam com a habilitação na categoria “D” vigente.

Manifestação da Unidade Examinada:

Através do Ofício SAF Nº 212, de 28/11/2011, a Gestão Municipal apresentou a seguinte manifestação:

"Conforme analisado por parte de ação fiscalizadora da CGU os veículos com problemas encontrados.

FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS:

Veículo placas MJK 6819: cinto de segurança preso sob o banco, dificultando o uso.

Resposta:

Tal problema foi resolvido rapidamente, pois apenas conversamos novamente com o motorista e prontamente ele mesmo providenciou para que o cinto de segurança ficasse a disposição dos alunos em cima do banco e de fácil acesso.

Veículo placas MDB0294: cinto de segurança defeituoso.

Resposta:

Tal veículo será todo revisado nas férias escolares do final do ano pois o mesmo esta próximo e uma parada agora traria mais gastos para a prefeitura com a contratação de mais 1 (um) veículo de socorro.

Veículo placas MGM3383: cinto de segurança preso sob o banco, dificultando o uso.

Resposta:

Tal problema foi resolvido rapidamente, pois apenas conversamos com o motorista prontamente ele mesmo providenciou para que o cinto de segurança ficasse a disposição dos alunos em cima do banco e de fácil acesso.

Veículo placas MFB5162: cinto de segurança preso sob o banco, dificultando o uso e setas indicadoras do lado esquerdo e inoperantes.

Resposta:

Em contato com a empresa prontamente foi resolvido a situação do veículo.

Veículo placas LNX 7722: cinto de segurança preso sob o banco, dificultando o uso e setas indicadoras do lado esquerdo e inoperantes.

Resposta:

Em contato com a empresa prontamente foi resolvido a situação do veículo. Segue abaixo, cópia da nota do serviço realizado e declaração da empresa especializa".

Foram apresentadas juntamente com o Ofício cópias das Notas Fiscais das manutenções realizadas.

Análise do Controle Interno:

Da manifestação apresentada, conclui-se que as falhas apresentadas foram reconhecidas e prontamente sanadas. Apesar de não ser possível verificar in loco o conserto, infere-se que este foi realizado baseando-se nas Notas Fiscais apresentadas.

A rápida resolução dos defeitos constatados somente reforça a avaliação de que há falhas na fiscalização das condições de uso dos veículos do transporte escolar do Município, além da constatação de falta de uso do cinto de segurança por parte das crianças.

2.1.2.2 Constatação

Ausência de controles adequados que permitam a verificação dos pagamentos efetuados com recursos do PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

Fato:

Analizando os processos de pagamento relativos às movimentações financeiras na conta bancária utilizada para movimentar os recursos do PNATE, verificamos a inexistência de qualquer documento que ampare ou permita a verificação da kilometragem constante das Notas Fiscais apresentadas pelas empresas terceirizadas de transporte escolar.

Solicitou-se ao setor de contabilidade e à Secretaria de Educação como era feito o controle da kilometragem percorrida pelas empresas contratadas. O setor contábil informou que apenas recebe as Notas Fiscais, já com a devida atestação, juntamente com a Ordem de Pagamento e por isto apenas executa o pagamento.

Na Secretaria de Educação, foi informado que é feito apenas um "documento" manuscrito contendo os dias e quais rotas foram efetuadas por quais veículos. Foi informado ainda que cada rota já tem sua kilometragem pré-definida. Constata-se que há ferramentas que permitiriam esta verificação.

Contudo, quando solicitamos cópia desta documentação nos foi informado que este "documento manuscrito" é encaminhado para a empresa prestadora do serviço e que não há qualquer cópia na Prefeitura.

Considerando-se que as Notas Fiscais do PNATE estão atestadas pela Secretária de Desenvolvimento Social (inclusive aquelas referentes ao pagamento de combustível), sem qualquer relação com a execução do contrato, somadas à inexistência de qualquer documentação que permita concluir que a kilometragem paga com recursos do PNATE está correta conclui-se que não há controles suficientes que permitam opinar pela regularidade da aplicação dos recursos federais do PNATE no município de Sangão/SC em 2010 e 2011.

Estas são as Notas Fiscais de serviço terceirizado de transporte escolar pagas com recursos do PNATE analisadas:

CNPJ	Nº NF	KM Paga	Data NF	Valor NF	Data Atestação
09.144.807/0001-72	000195	11.051	17/06/2011	R\$ 27.627,50	17/06/2011
09.144.807/0001-72	000184	12.832	12/04/2011	R\$ 32.080,00	12/04/2011
09.144.807/0001-72	000138	8.597	14/09/2010	R\$ 19.601,16	14/09/2011
09.144.807/0001-72	000165	7.026	14/12/2010	R\$ 16.019,28	14/12/2011
77.856.102/0001-38	001985	4.985	19/05/2010	R\$ 16.201,25	ND
				R\$ 111.529,19	

Manifestação da Unidade Examinada:

Através do Ofício SAF Nº 212, de 28/11/2011, a Gestão Municipal apresentou a seguinte manifestação:

"A SMEC elaborou um documento contendo as rotas, a quantidade de km e a placa de cada veículo que foi entregue a empresa prestadora de serviços, quando é necessário a SMEC contrata os serviços da empresa fornecendo-lhes um documento manuscrito contendo os dias e quais rotas foram efetuadas por cada veículo, para que posteriormente seja efetuado pelo setor responsável pelo o pagamento do serviço".

Análise do Controle Interno:

A Gestão Municipal apenas repetiu o que já havia sido afirmado na constatação sem apresentar fatos novos ou cópia de qualquer documentação.

Desta forma, permanece a impossibilidade de se verificar a regularidade dos pagamentos efetuados no âmbito do PNATE no Município.

Por fim, não houve qualquer manifestação sobre o fato das Notas Fiscais do PNATE estarem atestadas pela Secretária de Desenvolvimento Social.

Ações Fiscalizadas
2.1.3. 4046 - Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental Objetivo da Ação: A escolha de livros feita de forma democrática pelos professores e profissionais de educação; devolução dos livros reutilizáveis ao final do ano letivo; efetividade do sistema de controle mantido pelo FNDE no remanejamento e distribuição dos livros; entrega dos livros aos alunos antes do início do ano letivo; utilização dos livros pelos alunos e professores.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201116519	Período de Exame: 01/01/2011 a 30/09/2011
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 0,00
Objeto da Fiscalização: Execução do Programa Escolha dos livros realizada pelos professores; Livros entregues conforme escolha; Ausência de interferência de editoras na escolha dos livros; Desenvolvimento de ações de incentivo à conservação e devolução do livro didático; atualização do sistema de controle mantido pelo FNDE; remanejamento de livros didáticos; livros entregues antes do início do ano letivo; Utilização dos livros didáticos pelo professores e alunos.	

2.1.3.1 Constatação

Quantidade de livros disponibilizados incompatível com o quantitativo de aluno das escolas.

Fato:

Na verificação junto às três escolas que constam do site do MEC como beneficiárias do programa PNLD em 2011, identificamos que somente em uma delas havia sobra significativa de livros

didáticos, relativos à última remessa recebida, o NEF Campo do Sangão. Os livros excedentes somam mais de uma centena, de diversas disciplinas, e a diretoria atual não soube informar a razão da existências desta sobra.

Nas outras duas escolas não foi relatada sobra, mas falta de livros. Segundo as diretorias destas escolas esta falta deve-se ao incremento no número de alunos em relação ao informado no censo escolar 2010.

Segundo informações das escolas e da Secretaria de Educação do município, a Secretaria executa um remanejamento das sobras entre as escolas do município, não havendo maiores informações sobre o excedente existente no NEF Campo do Sangão.



Fotos dos livros excedentes localizados no NEF Campo do Sangão.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício SAF N° 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação:

"A situação do Núcleo de Ensino Fundamental Campo do Sangão é idêntica aos demais núcleos de ensino, raramente há sobra de livros, uma vez que a distribuição desses materiais é realizada mediante quantidade de alunos cadastrados no Censo do ano anterior, e há uma divergência em relação ao número de matrículas novas para o ano seguinte, por isso geralmente falta livro didático. O fato acontecido nesta unidade escolar foi um erro de comunicação, uma vez que os livros existentes nesta escola são de outros anos, tem livros da distribuição de 2007 a 2009, e de várias coleções, os mesmos estão disponíveis para pesquisa".

Análise do Controle Interno:

Mesmo que não exista livros excedentes distribuídos na última remessa, fato que não podemos afirmar nem refutar com base nas evidências colhidas, não há justificativa para haver excedentes somente no NEF Campo do Sangão ou porque os livros excedentes estão disponíveis para pesquisa somente naquele Núcleo.

Se, conforme afirma a Prefeitura Municipal - PM no Ofício SAF N° 212, "geralmente falta livro didático" não seria razoável a existência deste excedente armazenado no NEF, ao invés deste estar sob a guarda da SMEC responsável pelo remanejamento dos livros entre as escolas.

Permanece a constatação de que há falhas no remanejamento dos livros, já que a PM afirma geralmente haver falta de livros e constatou-se a existência de excedentes armazenados em um único Núcleo.

2.2. PROGRAMA: 1449 - Estatísticas e Avaliações Educacionais

Ações Fiscalizadas
2.2.1. 4014 - Censo Escolar da Educação Básica
Objetivo da Ação: Realizar, anualmente, em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, por escola, a coleta de informações estatístico-educacionais referentes a matrículas e docência, para subsidiar o planejamento e a gestão da Educação nas esferas governamentais.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201116580	Período de Exame: 01/01/2010 a 31/12/2010
Instrumento de Transferência: Não se Aplica	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Levantamento detalhado das escolas e dos aluno da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.	

2.2.1.1 Constatação

Divergência entre o número informado no Censo Escolar e o número de alunos registrados nos Diários de Classe.

Fato:

Na comparação realizada entre os dados registrados no Censo Escolar de 2010 e os diários de classe referentes a Maio/2010 das escolas selecionadas na amostra, identificamos divergências em duas escolas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Município	Escola	Ed. Infantil			Ed. Fundamental		
		Censo (1)	Diários (2)	Diferença (3)	Censo (1)	Diários (2)	Diferença (3)
Sangão/SC	NEF CAMPO DO SANGÃO	0	0	0	173	174	1
Sangão/SC	NEF AREINHA	0	0	0	69	69	0
Sangão/SC	NEF ANGELO ANTONIO FELISBERTO	0	0	0	61	61	0
Sangão/SC	PE CANTINHO FELIZ	24	24	0	0	0	0
Sangão/SC	CRECHE BRINCANDO E APRENDENDO	34	32	2	0	0	0

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício SAF N° 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação:

"O aluno do Núcleo de Ensino Fundamental Campo do Sangão que estava registrado no diário, mas que ficou fora do censo escolar de 2010 foi por não ter certidão de nascimento, ele foi matriculado no fim do período do Censo Escolar, não havia sido registrado no Livro de Matrícula, nem havia sido incluso no Sistema de Avaliação, estava apenas no diário incluso à caneta pela professora, porém foi incluído como admitido após o Censo Escolar e a Unidade Escolar não foi prejudicada no repasse dos recursos.

Os alunos da Creche Brincando e Aprendendo não tinham seus nomes no Diário de Classe, em virtude da troca de professores e a professora que assumiu não ter incluído os dois no diário, porém, seus nomes constam no livro de matrícula e nas fichas de matrícula da Unidade Escolar estando devidamente matriculados, e são esses documentos usados para efetuar o controle e cadastro no Educacenso".

Análise do Controle Interno:

Apesar da justificativa apresentada explicar as diferenças constatadas, resta aberta a questão de como a Creche Brincando e Aprendendo pode comprovar o efetivo comparecimento dos alunos ausentes do diário de classe à unidade escolar. Com as evidências atuais, somente há comprovação de que estes alunos foram matriculados mas não de que efetivamente foram alunos regulares no ano letivo em questão.

A Prefeitura Municipal não informou quem era a professora responsável por deixar de incluir os nomes no diário de classe.

2.2.1.2 Constatação

Fichas de matrícula de alunos incompletas.

Fato:

Na comparação realizada entre os dados registrados no Censo Escolar de 2010 e as fichas de matrícula dos alunos constantes da amostra, identificamos divergências conforme demonstrado na tabela abaixo:

Município	Escola	Ed. Infantil				Ed. Fundamental			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
Sangão/SC	NEF CAMPO DO SANGÃO	0	0	-	-	173	15	2	13
Sangão/SC	NEF AREINHA	0	0	-	-	69	15	5	33
Sangão/SC	NEF ANGELO ANTONIO FELISBERTO	0	0	-	-	61	15	10	66
Sangão/SC	PE CANTINHO FELIZ	24	15	0	0	0	0	-	-
Sangão/SC	CRECHE BRINCANDO E APRENDENDO	34	15	0	0	0	0	-	-

(1) N° total de alunos informado no Censo Escolar 2010

(2) N° de alunos constantes da amostra

(3) N° de fichas de matrícula incompletas

(4) Percentual de fichas com problemas

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício SAF N° 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação:

"Todas as providências em relação ao item acima foram tomadas, com a chegada do período de matrícula e rematricula para o ano letivo de 2012 toda a documentação existente na escola referente às fichas de matrícula foi revisada e os itens, como certidão de nascimento, faltantes foram solicitados aos pais".

Análise do Controle Interno:

A Prefeitura Municipal reconhece as falhas apontadas e afirma que irá saná-las na rematricula para o ano de 2012.

2.2.1.3 Constatação

Alunos registrados no Censo Escolar 2010 não localizados nos diários de classe.

Fato:

Na comparação realizada entre os dados registrados no Censo Escolar de 2010 para os alunos constantes da amostra e os diários de classe, identificamos dois alunos que não constavam dos diários de classe da escola, conforme detalhado a seguir:

Município	Escola	Ed. Infantil				Ed. Fundamental			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
Sangão/SC	NEF CAMPO DO SANGÃO	0	0	-	-	173	15	0	0
Sangão/SC	NEF AREINHA	0	0	-	-	69	15	0	0
Sangão/SC	NEF ANGELO ANTONIO FELISBERTO	0	0	-	-	61	15	0	0
Sangão/SC	PE CANTINHO FELIZ	24	15	0	0	0	0	-	-
Sangão/SC	CRECHE BRINCANDO E APRENDENDO	34	15	2	13	0	0	-	-

(1) N° total de alunos informado no Censo Escolar 2010

(2) N° de alunos constantes da amostra

(3) N° de alunos não localizados nos diários de classe

(4) Percentual de alunos não localizados

.

Manifestação da Unidade Examinada:

Análise do Controle Interno:

2.3. PROGRAMA: 1448 - Qualidade na Escola

Ações Fiscalizadas	
2.3.1. 0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	
Objetivo da Ação: Ampliar o acesso e a permanência dos alunos matriculados na educação básica das redes federal, estadual e municipal e dos alunos da educação especial.	

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201116457	Período de Exame: 31/12/2009 a 30/12/2010
Instrumento de Transferência: Convênio	656321
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 187.200,00
Objeto da Fiscalização: Aquisição de veículo automotor, zero quilometro, com especificações para transporte escolar, por meio de apoio financeiro, no âmbito do programa caminho da escola.	

2.3.1.1 Constatação

Falta de informações sobre a aplicação dos recursos financeiros

Fato:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação assinou com a Prefeitura Municipal de Sangão/SC o Convênio 658488/2009, SIAFI 656321, para aquisição de ônibus para transporte escolar no âmbito do programa Caminho da Escola. O convênio foi assinado em 31/12/2009, com vigência até 31/12/2010, com prazo de prestação de contas até 28 de fevereiro de 2011.

O valor do convênio foi de R\$ 187.200,00, sendo R\$ 185.328,00 recursos do FNDE e R\$ 1.872,00 como contrapartida da Prefeitura. O repasse dos recursos ocorreu em 01 de abril de 2010. A Prefeitura adquiriu um ônibus escolar no valor de R\$ 187.200,00, sendo o pagamento realizado no dia 18 de novembro de 2010.

Não foram apresentados pela Prefeitura os extratos da conta no período de abril a outubro de 2010, Desta forma não foi possível comprovar a aplicação dos recursos do Convênio no mercado financeiro no período de abril a outubro de 2010 nem foi possível verificar a devolução do valor correspondente aos rendimentos desta aplicação ao FNDE, conforme previstos no Termo de Convênio.

Manifestação da Unidade Examinada:

Através do Ofício SAF N° 212, de 28NOV2011, a Prefeitura Municipal apresentou a seguinte manifestação:

"De acordo com a resposta fornecida pelo responsável por gerir os recursos do Programa Caminho da Escola, já foi solicitado junto a Caixa Econômica todos os extratos referente à aplicação dos recursos no período de abril a outubro de 2010.

"Antecipe seus recebíveis de cartão de crédito na CAIXA e aproveite as melhores taxas do mercado".

Nome da Agência	Telefone	Código	Operação	Emissão
HERIBERTO HULSE, SC	3301 9200	0410	013	31/07/2010

Nome	CPF/CNPJ	Conta	Mês/Ano	Folha
SANGAO PREFEITURA MUNICIPAL	95.780.458/0001-17 00.034.464/5739-91	013.00672005.7	07/2010	00001

Movimento no Período

Dia/Mês	Nº Doc.	Histórico	Valor	Dia/Mês	Nº Doc.	Histórico	Valor
26/07	0	REM BASICA	52,46C				
26/07	0	CRED JUROS	947,11C				

Resumo

Saldo Anterior	Créditos (+)	Remuneração (+)	Débitos (-)	CPMF(-)	Saldo Atual
189.370,05C	0,00	999,57	0,00	0,00	190.369,62C

Posição das aplicações por data Limite

Data do Vencimento	Saldo Atual	Data do Vencimento	Saldo Atual
26/08/2010	190.369,62		

"NÃO IMPORTA O TAMANHO, COM A CAIXA SUA EMPRESA SEMPRE PODE CRESCER."

Análise do Controle Interno:

Na manifestação apresentada pela Prefeitura Municipal consta apenas o extrato referente ao mês de Julho/2010 com saldo de R\$ 190.369,62. Permanece não sendo possível verificar a devolução do valor correspondente aos rendimentos desta aplicação ao FNDE, conforme previstos no Termo de Convênio.

3. Ministério da Saúde

Na Fiscalização realizada, a partir de Sorteios Públicos de Municípios, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as seguintes Ações, no período de 01/01/2010 a 04/11/2011:

- * Bloco Atenção Básica - Recursos Financeiros
- * GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL
- * Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
- * Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde

Relação das constatações da fiscalização:

3.1. PROGRAMA: 1293 - Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Ações Fiscalizadas
3.1.1. 20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde Objetivo da Ação: Visa garantir o acesso dos pacientes aos medicamentos básicos por intermédio da racionalização e otimização da programação, armazenamento, controle de estoques e distribuição em todos os níveis de gestão.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201115669	Período de Exame: 01/09/2010 a 30/09/2011
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 738.719,84
Objeto da Fiscalização: Medicamentos pactuados no Plano Estadual de Assistência Farmacêutica- PEAf para atendimento à Farmácia básica.	

3.1.1.1 Constatação

Controle de estoques deficiente nas Unidades de Saúde do município.

Fato:

A metodologia utilizada para o controle de estoques dos medicamentos destinados às unidades de saúde do município de Sangão no âmbito do Programa de Assistência Farmacêutica reside basicamente em um sistema descentralizado nas cinco unidades de saúde do município, que levantam as necessidades mensais e efetuam um pedido para a Secretaria de Saúde, destinado à população beneficiária da região. Identificamos, no entanto, a precariedade da gestão e a ausência de controles sobre a armazenagem e distribuição dos medicamentos, expondo uma situação frágil e suscetível à ocorrência de desvios ou deficiências na prestação de serviços à população beneficiária da rede municipal de saúde:

- Ausência de registro das entradas e saídas dos medicamentos do almoxarifado. Em virtude do almoxarifado central, localizado em uma sala da Secretaria de Saúde, nas instalações da Prefeitura Municipal, ter efetivamente pouca utilização, com reduzido estoque de medicamentos, servindo

basicamente como centro de distribuição, evidenciamos que não foi desenvolvido qualquer tipo de mecanismo, manual (fichas de prateleira) ou informatizado, que controle as movimentações de medicamentos recebidos dos fornecedores e repassados às unidades de saúde do município. Como os pedidos são individuais, a troca ou redistribuição de itens entre as unidades fica prejudicada. Algumas unidades arquivam cópia com parcela do histórico de pedidos mensais, no entanto não há uma padronização, a regra geral consiste no arquivamento central dos pedidos das UBS na Secretaria Municipal de Saúde;

- Ausência de documentação comprobatória do fornecimento de medicamentos às unidades de saúde. Os medicamentos são entregues na prefeitura no almoxarifado central, com conferência restrita às autorizações de fornecimento que acompanham as entregas dos pedidos. No caso de ausência de itens ou de entrega em volume inferior ao solicitado (pedido originário das necessidades de cada uma das UBS), não há registro das divergências ocorridas, para posterior ajuste nos pedidos subsequentes;

- Ausência de evidência da realização de inventário periódico dos medicamentos (contagem), basicamente só em data próxima da realização dos pedidos mensais é feita a contagem física dos estoques em cada unidade de saúde;

- Ausência de dados globais sobre o quantitativo de medicamentos distribuídos às UBS e dados históricos sobre o consumo de medicamentos por unidade de saúde. A Secretaria não informa, por exemplo, com dados confiáveis e tempestivos, o quantitativo de medicamentos repassados para cada uma das UBS ao longo do exercício de 2010, ou o consumo anual de uma determinada unidade;

- Ausência de comprovantes de fornecimento/dispensação de medicamentos aos pacientes. Em inspeção ao almoxarifado de medicamentos dos postos de saúde e com base em entrevistas com as enfermeiras ou assistentes responsáveis pelo controle e distribuição de medicamentos aos beneficiários, constatamos que não há controle sobre o saldo de medicamentos estocados, nem registro do que é distribuído para as unidades de saúde. Nas unidades de saúde visitadas constatamos falhas no registro do recebimento de medicamentos. As dispensações para a população são registradas mediante assinatura pelo paciente que retira o medicamento. Ocorre que a apresentação do receituário não é garantia do efetivo fornecimento de medicamentos. O procedimento correto é obter a assinatura, com identificação e data, atestando o recebimento do mesmo, na quantidade e especificação solicitada. Esse procedimento vale para todas as classes de medicamentos, independente de serem controlados ou não.

Tendo em vista as relevantes deficiências identificadas, evidenciamos que a Secretaria de Saúde do município não possui um sistema confiável e fidedigno de controle de estoque de medicamentos que permita comprovar a regular utilização dos recursos federais, estaduais e municipais aplicados na aquisição de medicamentos da farmácia básica.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº SAF nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "Em relação a essa constatação, que descreve que existe um controle de estoques deficiente nas Unidades de Saúde do município, viemos informar, que estamos estudando a aquisição de um software, que deverá ser instalados em todas as unidades e interligados com a Secretaria Municipal de Saúde. Este servirá como forma de registro de todos os atendimentos, além de disponibilizar controle de estoques, entradas e saídas, validades e pedidos de medicamento, independentes destes serem medicamentos controlados ou não, materiais e insumos. Realmente, não existe um registro das saídas dos medicamentos do almoxarifado central, que está localizado em uma sala da Secretaria, bem como não há registros das entradas desses nas unidades de saúde. O que existe, tanto na secretaria, como nas unidades, são os pedidos, que são feitos mensalmente, para que seja feito a aquisição desses medicamentos. Esses pedidos são feitos mensalmente pelas

unidades à secretaria de saúde, visando suprir as necessidades dos moradores da sua área adstrita. Cada unidade costuma atualizar o cadastro de quantitativos necessários aos seus pacientes a cada 03 (três) meses, para poder saber mais precisamente de sua necessidade. Os medicamentos são solicitados nas quantidades exatas a serem enviadas as Unidades visto que a Secretaria de Saúde não dispõe de um espaço grande e adequado de estocagem de material. Os medicamentos são dispensados nas unidades de saúde, mediante receita médica/odontológica ou cartão de utilização de medicamentos de uso contínuo (ex. cartão do hiperdia), as enfermeiras são as responsáveis das farmácias básicas das unidades e costumam manter um grande controle que evita benefícios, privilégios e ou desvios como citado no relatório. Acerca da assinatura dos pacientes no momento do recebimento da medicação, estaremos providenciando uma forma de recibo, para que haja uma melhor forma de controle dos itens dispensados".

Análise do Controle Interno:

A administração municipal não refuta os apontamentos, apresentando providências imediatas e estudo de medidas destinadas à melhoria do controle de estoques e distribuição de medicamentos nas unidades de saúde do município. Ocorre que a implantação de um sistema informatizado é uma importante e urgente decisão, porém como depende de questões políticas e orçamentárias, seria prudente a adoção de procedimentos e mecanismos de controle simplificados, como a elaboração ou o aprimoramento de fichas padronizadas de controle de estoques e pedidos, com totalização periódica destinada ao controle mensal/anual e levantamento do histórico de consumo por unidade de saúde, e realização de contagem física nos almoxarifados das unidades de saúde com maior periodicidade; sendo interessante que todos estes controles gerenciais fossem arquivados na sede da Secretaria de Saúde. Ações de capacitação visando a utilização futura de um sistema informatizado também poderiam ser programadas. Assim, embora a Prefeitura tenha informado que estará providenciando melhorias no gerenciamento do estoque, a constatação permanece inalterada.

3.1.1.2 Constatação

Ausência de farmacêutico responsável pela Coordenação do Programa no município.

Fato:

Foi evidenciado o desligamento, do quadro de funcionários da prefeitura, da farmacêutica responsável pela coordenação do Programa Farmácia Básica no município, sem a designação de substituto(a) para sua função, o que implica em acúmulo de funções para a enfermeira lotada na Secretaria Municipal de Saúde que responde por outros programas, como o Programa de Saúde na Família.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº SAF nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "Em relação a essa constatação, que relata a ausência de farmacêutico responsável pela coordenação do Programa no município, informamos que foi realizado Concurso Público Municipal para preenchimento desse cargo, sendo que o profissional deverá ser nomeado nos próximos meses, pois no momento da auditoria estava havendo as inscrições para a efetivação da prova. Ressaltamos que existe no município no momento uma farmacêutica contratada em caráter temporário até efetivação do profissional que será nomeado pelo concurso".

Análise do Controle Interno:

A administração municipal informa que está em andamento a reposição de profissional de saúde

para atender à impropriedade evidenciada, sendo assim mantemos a constatação até que efetivamente tenham sido implementadas as medidas saneadoras.

3.1.1.3 Constatação

Descarte frequente e localização de medicamentos com validade próxima do vencimento.

Fato:

Realizamos inspeção *in loco* nas cinco unidades de saúde em funcionamento no município, e não evidenciamos situações de acondicionamento indevido de medicamentos nos almoxarifados das mesmas.

No entanto, com base nos depoimentos dos responsáveis pela movimentação dos medicamentos nos postos, identificamos uma incidência elevada de descartes recentemente, ainda que não existam registros deste tipo de procedimento. A rotina de descarte, por sua vez, não é padronizada, pois cada unidade procede de forma distinta, seja comunicando a empresa coletora de resíduos no município de que existem medicamentos para descarte, ou simplesmente colocando num saco ou recipiente e efetuando a dispensa do mesmo no lixo químico ou hospitalar da unidade de saúde. Localizamos ainda lotes de medicamentos com validade próxima do vencimento, que deveriam em questão de dias ser reservados para descarte. Fomos informados sobre a ocorrência de descarte recente de medicamentos como Metildopa e de Isossorbida.



Medicamentos para descarte



Medicamentos para descarte

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº SAF nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "O item acima que trata do descarte frequente e localização de medicamentos com validade próxima dos vencimentos, e a respeito da mesma, informamos que estaremos padronizando o descarte de medicamentos pelas unidades, bem como entraremos em contato com a Vigilância Sanitária da Regional de Saúde, para que seja indicada a melhor forma de estar realizando o descarte desses medicamentos quando for necessário. Além disso, estaremos solicitando a farmacêutica para que juntamente com as enfermeiras das unidades seja feito uma vistoria frequentemente nas farmácias das UBSs a fim de verificar os prazos de validade dos medicamentos. Informamos ainda, que em todas as licitações que são feitas para compra de medicamentos, dentre as especificações, é descrito que quando entregues os mesmos deverão apresentar validade de no mínimo 1 (um) ano de vencimento, o que não vem sendo cumprido pelas empresas fornecedoras, e a partir deste momento se passara a exigir que se cumpra rigorosamente o disponibilizado pela legislação desta secretaria de saúde para evitar desperdícios nas unidades de saúde".

Análise do Controle Interno:

A administração municipal corrobora com os fatos apontados pela equipe de fiscalização, e apresenta as medidas no curto prazo destinadas a solucionar a questão. Mantemos a constatação, de forma a permitir o monitoramento da implementação efetiva das medidas anunciadas pela prefeitura.

3.1.1.4 Constatação

Deficiências na programação de aquisições de medicamentos e de armazenagem nas Unidades de Saúde do município.

Fato:

Identificamos problemas relacionados à ausência de planejamento de compra de medicamentos, com base na verificação física dos estoques e na análise dos quantitativos mensais de pedidos de medicamentos. Lembramos que foram analisados somente uma amostra de 10 (dez) medicamentos, o que implica que em maior escala estes problemas podem ser ainda mais representativos. Podemos observar os dados das seguintes tabelas:

EXISTÊNCIA DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA NAS UBS	UBS 1	UBS 2	UBS 3	UBS 4	UBS 5	ALMOX
ATENOLOL 50 mg	765	0	1995	0	0	0
CAPTOPRIL 25 mg	0	1275	2130	0	1020	0
ENALAPRIL, MALEATO DE 10 mg	1260	0	5790	360	1810	0
GLIBENCLAMIDA 5 mg	1190	390	3236	0	2820	0
HIDROCLOROTIAZIDA 25 mg	0	0	1620	0	0	0
ISOSSORBIDA, DINITRATO DE 5 mg SL	960	1116	163	1050	210	0
METILDOPA 250 mg	2350	630	1226	1240	920	500
OMEPRAZOL 20 mg	630	0	392	0	32	0
PARACETAMOL 500 mg	870	1080	1290	0	1050	0
PROPANOLOL, CLORIDRATO DE 40 mg	1534	0	1618	89	3830	0

Conforme demonstrado, a posição do estoque de alguns medicamentos no momento da inspeção física encontrava-se em patamares reduzidos, com destaque à situação dos medicamentos ATENOLOL 50 mg e HIDROCLOROTIAZIDA 25 mg, que na maior parte das unidades de saúde estava zerada. Outros dois medicamentos da amostra também estavam com os estoques zerados em duas das cinco UBS do município. Ainda que o momento da contagem física tenha sido prévio à realização de um novo pedido mensal nas unidades de saúde, percebemos que a distribuição não vem sendo regular, pois na UBS 3 os estoques estavam em uma situação diferenciada, inclusive alguns deles com quantitativo superior à média de consumo mensal.

Nome do Medicamento	Und.	Consumo Mensal Unidades	Estoque Físico Total UBS	Meses de Estoque
ATENOLOL 50 mg	CPR	1.329	2.760	2,08

CAPTOPRIL 25 mg	CPR	6.286	4.425	0,70
ENALAPRIL, MALEATO DE 10 mg	CPR	5.729	9.220	1,61
GLIBENCLAMIDA 5 mg	CPR	4.571	7.636	1,67
HIDROCLOROTIAZIDA 25 mg	CPR	4.771	1.620	0,34
ISOSSORBIDA, DINITRATO DE 5 mg SL	CPR	157	3.499	22,27
METILDOPA 250 mg	CPR	400	6.866	17,17
OMEPRAZOL 20 mg	CPR	5.143	1.054	0,20
PARACETAMOL 500 mg	CPR	1.486	4.290	2,89
PROPANOLOL, CLORIDRATO DE 40 mg	CPR	2.243	7.071	3,15

Na tabela apresentada acima, percebemos que em 3 (três) dos 10 (dez) medicamentos analisados na amostra, ou seja, em 30 % (trinta por cento) da amostragem, o estoque verificado em inspeção física nas unidades de saúde apresentou um quantitativo equivalente ao consumo de pelo menos 3 (três) meses, considerando todas as 5 (cinco) unidades de saúde no município destinatárias de medicamentos provenientes do Programa Farmácia Básica. Percebemos ainda que no caso dos medicamentos ISOSSORBIDA 5 mg e METILDOPA 250 mg o quantitativo armazenado no momento da inspeção permitiria um abastecimento de cerca de 22 e 17 meses respectivamente, considerando o cálculo de uma média histórica de consumo relativa aos pedidos mensais da rede municipal de saúde. Esta distorção reflete em fatores como a ocupação desnecessária de espaço físico do almoxarifado, e o cuidado permanente com o prazo de validade, de forma a evitar a disponibilização de medicamentos à população com a validade vencida, ou a ocorrência de descarte, o que foi objeto de outra constatação neste relatório.

Ao final, ficou evidenciado que o município não possui um sistema confiável de planejamento de aquisições e armazenamento de medicamentos, estando portanto vulnerável a falhas e desperdícios

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº SAF nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "Em relação às deficiências na programação de aquisições de medicamentos e de armazenagem na Unidades de Saúde do município, destacamos que o município realiza suas compras conforme as necessidades solicitadas pelas UBSs, cabe ainda comentar que a auditoria ocorreu prestes a solicitação de medicamentos mensal, que geralmente ocorre no dia 24 de cada mês, talvez por este motivo algumas unidades estavam com seus quantitativos reduzidos.

Quando a contagem dos medicamentos em excesso, pensamos que possa ter havido um equívoco totalizando os mesmos fármacos de dosagens diferentes, tipo o Metildopa de 250mg pode ter sido somado ao Metildopa de 500mg, ou até mesmo utilizado a soma de um para formar o outro, o que pode ter sido combinado para suprir a falta de alguns no momento da entrega da própria empresa. Com isso o quantitativo encontrado não permaneceria na Unidade o tempo citado pelos auditores. Mas salienta-se aqui, que com a informatização das unidades, pretendida pela administração mais este problema também será amenizado".

Análise do Controle Interno:

A administração municipal relata que na ocasião da fiscalização o problema evidenciado pode ter sido reforçado pela proximidade da realização do pedido mensal, conforme já havia sido descrito no ponto. Quanto ao questionamento acerca da contagem e totalização de medicamentos da amostra, destacamos que houve participação direta das enfermeiras ou responsáveis pelo controle e dispensação de medicamentos dos postos de saúde, reduzindo a probabilidade de contagem indevida. A adoção de sistema informatizado nas unidades, conforme mencionado, pode com certeza ser uma medida eficaz a médio prazo, no entanto ficou caracterizado que inexistiu planejamento adequado de compra de medicamentos, sendo assim mantemos a constatação.

3.2. PROGRAMA: 1214 - Atenção Básica em Saúde

Ações Fiscalizadas
3.2.1. 20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família Objetivo da Ação: Realizar acompanhamento sistemático utilizando as fiscalizações feitas por intermédio dos Sorteios Públicos de Municípios, enfatizando-se a atuação da prefeitura e das Equipes de Saúde da Família – ESF. Analisar o banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES para identificar multiplicidade de vínculos, confrontando-o com a base de dados do SIAPE-DW ou da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201115793	Período de Exame: 01/01/2010 a 31/08/2011
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 1.411.397,00
Objeto da Fiscalização: Atuação Gestor Municipal Unidades Básicas de Saúde adequadamente estruturadas, materiais e equipamentos disponibilizados aos profissionais, profissionais selecionados e contratados conforme a legislação, dados inseridos corretamente no SIAB e CNES, atendimento prestado adequadamente às famílias, carga horária semanal cumprida pelos profissionais do PSF.	

3.2.1.1 Constatação

Deficiência nos atendimentos realizados pelas equipes do PSF.

Fato:

De acordo com as informações obtidas mediante a aplicação de entrevistas, metade (50%) das famílias consultadas não teriam sido convidadas pela equipe de Saúde da Família a participar de

reuniões, encontros e palestras para orientação sobre os cuidados com a saúde (pressão alta, diabetes, planejamento familiar, alimentação, higiene bucal, etc). A única das três equipes da amostra do PSF na qual os entrevistados das microáreas visitadas afirmaram participar destas atividades foi a Equipe do PSF Santa Apolônia. Nas equipes de Sangão e Morro Grande II ocorreram respostas negativas.

Embora mediante o Ofício nº 59/2011, de 14/10/2011, a Secretaria de Saúde tenha informado que vem sendo ofertadas no município reuniões semanais alternadas, com ações de educação em saúde como grupos de tabagismo, saúde mental, programas como o PENSE e o ENVELHECER SAUDÁVEL, foram apresentados documentos referentes a várias ações promovidas no ano de 2010, no entanto no ano seguinte só foi disponibilizado material referente a um único evento realizado, em setembro de 2011.

Estes resultados demonstram que ocorreu por algum período uma baixa oferta de eventos de prevenção e cuidados com a saúde à comunidade local, especialmente no caso das microáreas pertinentes às Equipes de Saúde da Família supramencionadas.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº SAF nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "Nessa constatação foi evidenciada a ausência de convite às famílias, pelas equipes de Saúde da Família do município, para participar de reuniões, encontros e palestras comunitárias com orientações sobre os cuidados com a saúde. Acerca da mesma, informamos que os convites são realizados pelas agentes comunitárias de saúde, durante a realização das visitas domiciliárias, o que só é possível, quando esta encontra o morador em sua residência. Todas as famílias recebem, no mínimo, uma visita domiciliar mensal, porém, nem sempre essa acontece em tempo hábil para que o morador esteja sendo convidados a participar desses eventos. Estaremos otimizando uma melhor forma de estar sensibilizando a população a participar dos grupos terapêuticos, buscando uma forma mais efetiva de fazer o convite. Iremos envolver outros meios de comunicação, como rádios, jornais, igreja a fim de que mais pessoas se sintam convidadas a estar participando dessas atividades. E reforçamos o fato de que as atividades do envelhecer saudável continua sendo realizada semanalmente na comunidade do Morro Grande abrangendo as famílias das 3 unidades de saúde abrangidas por este território e no Cento abrangendo as unidades da Sede e Santa Apolônia".

Análise do Controle Interno:

A prefeitura municipal respondeu alegando que na medida do possível os convites vêm sendo feitos pelas agentes comunitárias de saúde, e que vai procurar otimizar a forma de divulgação das atividades realizadas, concordando assim com nosso apontamento de que as reuniões e palestras comunitárias carecem de uma maior divulgação. Não foi abordada, porém, a questão da baixa oferta de atividades, ainda que o Programa supramencionado não tenha sofrido descontinuidade. Cabe ressaltar que a Portaria n.º 648-GM (Capítulo II, item 4), de 28/3/2006, destaca algumas das ações que caracterizam o trabalho das equipes do PSF, como o estímulo ao controle social e à promoção da saúde. Assim, acreditamos que há espaço para uma oferta mais abrangente e diversificada de atividades, como palestras e reuniões preventivas sobre cuidados e medidas sanitárias, assim como uma melhor divulgação das mesmas, de forma a propiciar um maior envolvimento e participação da população local. Consideramos que a constatação permanece inalterada.

3.2.1.2 Constatação

Ausência de processo seletivo na contratação de Agentes Comunitários de Saúde.

Fato:

Verificamos a existência de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) atuando nas ESF do município sem aprovação em processo seletivo, em desacordo com o disposto no Acórdão TCU nº 1.146/2003, Acórdão TCU 1188/2010, Emenda Constitucional nº 51/2006 e Lei nº 11.350/2006, resultando em contratação indevida.

Com base na composição das equipes de saúde da família, dentre uma amostra pré-selecionada de 3 (três) equipes atuantes no município, identificamos que uma parcela dos profissionais foram contratados sem processo seletivo/concurso público. O quadro a seguir apresenta os profissionais que se enquadram nesta situação:

EQUIPE PSF	MAT.	CARGO	ADMISSÃO	PORT.
MORRO GRANDE II	1643	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	01/03/2011	015/2011
SANTA APOLÔNIA	1534	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	01/04/2010	052/2010/ 234/2010

De acordo com o item 9.6.2 do Acórdão TCU1146/2003 – Plenário, os agentes comunitários de saúde quando contratados diretamente pelo municípios, demandariam a realização de concurso público, conforme a seguir transcrito:

“9.6.2. na modalidade de contratação direta, deve ser promovido concurso público, com critérios objetivos estabelecidos em edital e ampla divulgação nos meios de comunicação, estabelecendo como pré-requisitos para inscrição as condições pertinentes previstas na Portaria MS 1.886/97, no Decreto 3.189/99 e na Lei 10.507/2002;”

Por outro lado, de acordo com o Acórdão TCU 1188/2010 - Plenário, o Tribunal recomendou ao Ministério de Saúde que “doravante oriente os Estados, Distrito Federal e Municípios acerca dos normativos que regem a contratação direta de pessoal para atuar nas estratégias Saúde da Família, Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde, exigindo a devida adequação ao artigo 39 da Constituição Federal de 1988 ou ao que dispõe a Lei n.º 11.350, de 2006, guardadas as devidas situações de excepcionalidade abrigadas pela ADIn n.º 2.135/DF, regulamentando inclusive sobre a suspensão dos incentivos financeiros na modalidade fundo a fundo aos gestores municipais que não adequarem a contratação da força de trabalho aos regramentos constitucionais e legais.”

O último Processo Seletivo específico para a contratação de profissionais do PSF, Nº 005/2009, teve seus resultados divulgados em 27/05/2009. Desde então ocorreu um Concurso Público, nº 01/2010, onde foram ofertadas vagas para o quadro da prefeitura em várias áreas, como da saúde. No caso dos classificados em processos seletivos ou concursos públicos, os respectivos editais tratam da carga horária dos respectivos cargos, no entanto para os casos assinalados acima, não há qualquer referência ao regime de trabalho para o qual foram contratados, o que configura uma impropriedade.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº SAF nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "Essa constatação diz respeito à ausência de processo seletivo na

contratação de profissionais das equipes de saúde da família. Acerca do mesmo, viemos informar que, em relação aos agentes comunitários de saúde, foi realizado Concurso Público 001/2011 neste ano de 2011 no dia 30 de outubro, sendo que os mesmos deverão ser nomeados/efetivados no início do próximo ano (2012). Os enfermeiros das unidades de saúde são todos concursados, sendo que os mesmos tomaram posse do dia 03/01/2011 a 15/03/2011. A enfermeira da unidade do Morro Grande II encontra-se em licença maternidade. Entre os médicos, temos 2 (dois) concursados, atuando nas unidades de Sangão e Santa Apolonia, sendo que os demais são foram contratados emergencialmente para suprir as vagas dos que desistiram do concurso e essas vagas foram disponibilizadas no mesmo concurso publico citado acima e os mesmos deverão ser nomeados/efetivados assim que sair o resultado deste. Destacamos que estes dados foram informados ao auditor no momento da visita a secretaria".

Análise do Controle Interno:

Em sua resposta, a administração municipal relatou a iminência da contratação de profissionais de saúde assim que forem publicados os resultados de um concurso público em andamento, como forma de suprir as impropriedades elencadas pela equipe de fiscalização. Mantemos a constatação de forma a permitir o monitoramento da contratação efetiva dos novos profissionais.

3.2.1.3 Constatação

Ausência de realização do curso introdutório para os Agentes Comunitários de Saúde de acordo com os critérios do Programa Saúde da Família.

Fato:

Em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 03/Sangão, com relação a questionamento acerca da realização de curso introdutório para os agentes de saúde – ACS, foi apresentado o Ofício nº 05/2011 CAA, de 14/10/2011, onde a Secretaria de Saúde e Promoção Social do município informou que foi realizado, em parceria com a Secretaria do Estado, um curso de 400 horas de aperfeiçoamento dos ACS, de abril a julho de 2010. Foi informado ainda que toda a documentação relativa ao curso (frequência, material didático, etc) está arquivada na sede da entidade organizadora do curso, e os certificados foram entregues aos participantes. Segundo a Secretaria, todos os ACS contratados à época realizaram o curso, no entanto os que assumiram a partir desta data ainda não foram capacitados.

Este fato evidenciado contraria as normas do Programa Saúde da Família (PSF), especialmente a Portaria nº 2.527, de 19/10/2006, que estabelece a carga horária e conteúdo mínimo do curso introdutório para certificação dos profissionais selecionados para atuar no Programa. O curso de aperfeiçoamento realizado em 2010 se enquadra nos critérios do Programa, embora apresente conteúdo extenso. No entanto não foi possível mensurar o conteúdo do curso e o aproveitamento dos agentes municipais, pois a equipe de fiscalização não teve acesso aos documentos comprobatórios do mesmo. Cabe lembrar que é dever da administração municipal promover cursos introdutórios, com uma carga horária equivalente ou superior a 40 (quarenta) horas, com um conteúdo mínimo recomendado, que pode ser aplicados até mesmo no período de uma semana. Em função do estágio de andamento do concurso público nº 01/2011, com edital lançado em outubro de 2011, torna-se premente a necessidade de oferecer um novo curso introdutório aos agentes, concomitantemente ao início dos trabalhos, em até três meses após a contratação no Programa, conforme prevê a Portaria nº 648, de 28/3/2006.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº SAF nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "Foi constatada a ausência de realização do curso introdutório para os Agentes Comunitários de Saúde de acordo com os critérios do Programa Saúde da Família. Acerca

disto, informamos que o município faz parte da Amurel – Associação do Municípios da Região de Laguna, a qual possui o CIES – Comissão de Integração Ensino – Serviço, que atua de forma efetiva na região, promovendo diversos cursos de Educação Permanente para os profissionais que trabalham nas diversas áreas da saúde. Está previsto para o próximo ano (2012) a realização do Curso Introdutório, que será ofertado aos profissionais do Programa de Saúde da Família de todos os municípios da região, dentre os quais, estarão presentes os profissionais de nosso município. A realização do curso através do CIES, configura uma maneira de otimizar recursos e facilitar processos. Estaremos realizando este curso, em até seis meses, após a nomeação de todos os profissionais aprovados no concurso publico municipal".

Análise do Controle Interno:

A prefeitura municipal relatou a adoção de providências para atender ao apontamento, conforme previsão expressa na Portaria MS/GM nº 2.527/2006, que trata da carga horária e conteúdo mínimo a ser ofertado nos cursos introdutórios aos agentes de saúde contratados pelo município. Mantemos a constatação até a implementação efetiva das medidas anunciadas.

3.2.1.4 Constatação

Unidade de Saúde do PSF com deficiências na estrutura física.

Fato:

A Unidade PSF Santa Apolônia, localizada na região rural do município de Sangão, apresenta limitações na estrutura física, não oferecendo condições adequadas de atendimento à comunidade local, nem tampouco um bom ambiente de trabalho aos profissionais integrantes da Equipe de Saúde da Família. Com base nos requisitos mínimos previstos no Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde do Ministério da Saúde, identificamos os seguintes problemas: consultório médico sem sanitário anexo, recipiente de resíduos sólidos localizado em espaço impróprio, e o principal fator restritivo, relacionado à ausência de água potável. Quanto a este item, foi relatado pela enfermeira do posto que o mesmo está inserido em uma área rural, e existem várias localidades com problemas na qualidade da água, em função da ausência de um sistema de abastecimento de água no município. Observamos ainda problemas nas instalações físicas, relacionados à umidade e infiltrações nas paredes, equipo odontológico danificado, e telhado do posto com avarias. A unidade de saúde foi construída em 1991, e carece de melhorias estruturais. Enfim, percebemos uma série de dificuldades que prejudicam a humanização e qualidade no atendimento, agravada pelo fato de que a unidade está distante geograficamente da área urbana do município, consistindo assim no principal posto de atendimento para a comunidade local.



Qualidade imprópria da água fornecida



Localização inadequada do lixo químico

	
<p>Equipo danificado e infiltrações nas salas</p>	<p>Telhado do posto com avarias</p>

As demais unidades de saúde inspecionadas na amostra, Sangão e Morro Grande II, não apresentaram problemas estruturais relevantes.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº SAF nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "Em relação à Unidade de Saúde do PSF com deficiência na estrutura física, informamos que a Unidade PSF Santa Apolonia, possui três projetos de reforma e ampliação cadastrados em diferentes linhas de projetos do ministério da saúde e da SES/SC, sendo assim o primeiro contemplado será executado prontamente pelo município, destacamos que os mesmos já foram encaminhados e aguardam aprovação. O município também encaminhou um grande projeto a FUNASA para receber recursos do PAC 2 referente a um grande projeto sobre a implantação de um sistema de abastecimento de água que cobrirá 80% do município e levará a comunidade de Sta Apolonia uma água de qualidade. As demais unidades de saúde do município passaram por reformas ou foram construídas recentemente".

Análise do Controle Interno:

A administração municipal reconheceu a constatação da equipe de fiscalização, e anunciou providências a curto e médio prazo, que dependem de ações políticas e do trâmite dos projetos que abordam a questão. Consideramos necessário o monitoramento da efetividade destas medidas, assim sendo a constatação permanece inalterada.

3.2.1.5 Constatação

Descumprimento, por parte dos profissionais de saúde do município, de carga horária semanal prevista para atendimento no PSF.

Fato:

Com base na análise das folhas de ponto e inspeções *in loco* nos postos de saúde do município, verificamos que os profissionais médicos e odontólogos não vem cumprindo com as 40 horas semanais previstas na jornada de trabalho. O atendimento efetivo observado nos boletins médicos de atendimento e nas séries históricas de produção extraídas do SIAB não é suficiente para

comprovar a jornada efetiva dos profissionais médicos. As folhas de ponto analisadas em geral evidenciam o cumprimento de 20 horas (um turno) por parte dos médicos e odontólogos, quando este registro é efetivado, pois há profissionais que assinam sem discriminar o horário de trabalho. Nos postos de saúde não constam os horários de atendimento, no entanto foi percebido pela equipe de fiscalização que existem períodos de ociosidade de atendimento dos profissionais de saúde mencionados nos postos.

Em geral, as folhas de ponto apresentadas não configuram um parâmetro confiável para mensurar as horas trabalhadas, pois há muitas inconsistências, como ausência de assinaturas, de horário de trabalho, rubricas que não identificam os profissionais, e ausência da totalização mensal das horas trabalhadas. O que ocorre é que a jornada não vem sendo cumprida, e não há qualquer tipo de monitoramento sobre essa situação, nem da Secretaria de Saúde, nem de instâncias de controle social como o Conselho Municipal de Saúde. A adoção de ponto eletrônico é uma alternativa para solucionar este problema, e vem sendo adotada com eficácia por outros municípios do estado, de forma a garantir um controle mais apurado da jornada de trabalho dos servidores.

Destacamos que o município de Sangão consta na relação de 227 municípios do estado de SC que firmaram Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público de Santa Catarina, que estabelece critérios para o controle da frequência dos médicos e dentistas, e trazem medidas para a regularização do Programa de Saúde da Família (PSF).

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº SAF nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "Em se tratando do descumprimento, por parte dos profissionais de saúde do município, de carga horária semanal prevista para atendimento no PSF, informamos que o município está aguardando o resultado do último concurso 001/2011, para efetivar a contratação de novos profissionais".

Análise do Controle Interno:

Entendemos que não houve manifestação sobre este item, pois a resposta da prefeitura não agrega qualquer informação ao apontamento efetuado pela equipe de fiscalização, pois a mera contratação de novos profissionais não soluciona ou demonstra comprometimento por parte da administração municipal em esclarecer a situação de descumprimento da jornada de trabalho evidenciada. Consideramos essencial a participação do Ministério da Saúde e do Ministério Público Estadual no monitoramento desta impropriedade, de forma a mensurar o número de horas efetivas trabalhadas pelos profissionais de saúde contratados, e solicitar o ressarcimento das horas descumpridas pelos mesmos. A constatação permanece inalterada.

3.2.1.6 Constatação

Ausência de contrato formalizado dos profissionais do PSF com previsão da carga horária semanal a ser cumprida.

Fato:

Através da Solicitação de Fiscalização nº 03/Sangão, foi solicitado à Prefeitura Municipal de Sangão disponibilizar, na sede da Secretaria da Saúde, os Contratos de Trabalho dos profissionais em exercício nas ESF do município. Em resposta à mesma, foram disponibilizadas portarias de admissão em caráter provisório dos profissionais integrantes das equipes do PSF no município. Não foram apresentados Contratos de Trabalho assinados com os profissionais das equipes, o que caracteriza falhas na formalização das contratações, que não requerem a assinatura do nomeado e não estabelecem a carga horária de trabalho.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº SAF nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "Essa constatação diz respeito à ausência de processo seletivo na contratação de profissionais das equipes de saúde da família. Acerca do mesmo, viemos informar que, em relação aos agentes comunitários de saúde, foi realizado Concurso Público 001/2011 neste ano de 2011 no dia 30 de outubro, sendo que os mesmos deverão ser nomeados/efetivados no início do próximo ano (2012). Os enfermeiros das unidades de saúde são todos concursados, sendo que os mesmos tomaram posse do dia 03/01/2011 a 15/03/2011. A enfermeira da unidade do Morro Grande II encontra-se em licença maternidade. Entre os médicos, temos 2 (dois) concursados, atuando nas unidades de Sangão e Santa Apolonia, sendo que os demais são foram contratados emergencialmente para suprir as vagas dos que desistiram do concurso e essas vagas foram disponibilizadas no mesmo concurso publico citado acima e os mesmos deverão ser nomeados/efetivados assim que sair o resultado deste. Destacamos que estes dados foram informados ao auditor no momento da visita a secretaria".

Análise do Controle Interno:

Em sua resposta, a administração municipal relatou a iminência da contratação de profissionais de saúde assim que forem publicados os resultados de um concurso público em andamento, como forma de suprir as impropriedades elencadas pela equipe de fiscalização, referente à outra constatação. No entanto, não foi abordada a questão da inexistência de contrato formal de trabalho com os funcionários, evidenciando uma situação precária do ponto de vista das relações empregatícias. Mantemos a constatação de forma a permitir a revisão dos instrumentos formais de contratação utilizados pela prefeitura.

3.3. PROGRAMA: 0153 - GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL

Ações Fiscalizadas	
3.3.1. 0153 - GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL	
Objetivo da Ação: Ampliar o acesso da população rural e urbana à atenção básica, por meio da transferência de recursos federais, com base em um valor per capita, para a prestação da assistência básica, de caráter individual ou coletivo, para a prevenção de agravos, tratamento e reabilitação, levando em consideração as disparidades regionais.	

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201116642	Período de Exame: 01/01/2010 a 30/09/2011
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Os municípios e o Distrito Federal, como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território, competindo-lhes, entre outros: I-organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica dentro do seu território; II-Incluir a proposta de organização da Atenção Básica e da forma de utilização dos recursos do PAB Fixo e Variável, nos Planos de Saúde; III-Inserir preferencialmente a estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços, visando à organização sistêmica da atenção à saúde; IV-Organizar o fluxo de usuários; V-Garantir infra-estrutura	

necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (recursos materiais, equipamentos e insumos); VI-Selecionar, contratar e remunerar os profissionais de saúde. (As demais competências dos municípios constam da Portaria 648/2006).

3.3.1.1 Constatação

Ausência de dotação orçamentária própria e estrutura administrativa para o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

Fato:

Com base na Solicitação de Fiscalização nº 03/Sangão, de 07/10/2011, a Prefeitura foi instada a se manifestar sobre a existência de dotação orçamentária própria e de estrutura administrativa para atuação do Conselho Municipal de Saúde – CMS, e informou, por meio do Ofício nº 55/2011 CAA, de 14/10/2011, não haver dotação própria nem estrutura administrativa. Foi verificado com base na documentação disponibilizada que as reuniões do CMS nos últimos períodos ocorreram nas dependências da prefeitura municipal e na sede de uma das unidades de saúde do município de Sangão.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº SAF nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "Será elencado junto ao conselho a organização de dotação própria ao conselho permitindo ao mesmo a possibilidade de gerenciar suas ações administrativas sem depender do espaço da prefeitura municipal".

Análise do Controle Interno:

A manifestação da Prefeitura informa as providências a serem adotadas visando sanar o problema apontado. A constatação permanece, para fins de verificação da efetiva implementação da solução para o fato constatado.

3.3.1.2 Constatação

Funcionamento inadequado do Conselho Municipal de Saúde.

Fato:

O exame às Atas do Conselho Municipal de Saúde de Sangão, do período de janeiro de 2010 a setembro de 2011, complementado pelas respostas aos questionamentos do controle interno, demonstraram impropriedades regimentais na atuação do CMS.

Os registros das atas apontam a não-observância da periodicidade mensal de reuniões ordinárias, conforme previsto na Resolução/CNS nº 333, de 04/11/2003. No exercício de 2010, ocorreram tão somente três reuniões, uma a cada três meses, e após um intervalo de cerca de seis meses, iniciaram-se as reuniões de 2011 no dia 30 de maio, sendo que no mês seguinte houve a eleição da nova composição do conselho. No entanto, a reunião seguinte só ocorreu três meses após, no mês de setembro, o que demonstra que o novo conselho ainda não vem se reunindo na periodicidade regular recomendada nos normativos.

No que tange à composição paritária do conselho, expressa na Resolução/CNS nº 333/2003, identificamos problemas quanto à composição do conselho atuante até junho de 2011. Esta impropriedade no entanto teria sido sanada com a publicação da Lei nº 014/11, aprovada pela Câmara Municipal de Sangão em 14/6/2011, alterando um artigo da Lei 078/94 que instituiu o CMS no município. O Decreto nº 051 de 22 de agosto de 2011, tratou por sua vez da nomeação dos

membros do conselho a partir da eleição ocorrida na reunião de 29/6/2011 do CMS. Identificamos porém uma outra impropriedade relativa à legitimidade da nova composição do conselho. Ainda que formalmente os membros eleitos tenham sido indicados pelas respectivas entidades representativas (como associações de moradores, de pais e professores ou profissionais de saúde), conforme documentação disponibilizada, percebemos uma concentração de representantes que são funcionários da prefeitura, no entanto foram inscritos como representantes de outras entidades, como é o caso dos membros titulares indicados por parte dos Profissionais de Saúde e da Associação de Pais e Professores, situação que deixa em questionamento a composição paritária do CMS mencionada anteriormente.

A ausência do registro de regimento interno verificada nas atas do conselho e nos termos do Ofício nº 54/2011 CAA de 14/10/11, vai de encontro ao texto do parágrafo 5º do Artigo 1º da Lei nº 8.142, de 28/12/90, que prevê que cabe aos conselhos de saúde definir em regimento próprio sua organização e normas de funcionamento, como por exemplo a questão do mandato dos conselheiros, em conformidade com os termos da Resolução/CNS nº 333/2003.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício nº SAF nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "Destaca-se neste ponto que o conselho foi montado de forma legítima e correta, sem influências políticas partidárias sempre prevalecendo o bem estar do usuário, coincidentemente houve o encaminhamento de nomes de pessoas que já trabalham na prefeitura, mas estes estão cientes de que eles não representam a gestão e sim os usuários e os profissionais de saúde. Quanto o seu funcionamento o Conselho está em fase de elaboração de suas normas e seu regimento interno e com isso o mesmo se dispõe a segui-lo de maneira correta, como a realização das reuniões mensais como citado por este relatório, como já estão acontecendo".

Análise do Controle Interno:

A administração municipal procura demonstrar as razões para a legitimidade da composição do conselho, o que consideramos uma argumentação adequada e assim acatamos parcialmente este apontamento. Quanto às questões associadas ao funcionamento do CMS, pertinentes ao regimento interno e periodicidade de reuniões, a constatação permanece para fins de verificação da efetiva implementação de soluções para os fatos constatados.

4. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Na Fiscalização realizada, a partir de Sorteios Públicos de Municípios, nos Programas de Governo financiados com recursos federais foram examinadas as seguintes Ações, no período de 31/12/2009 a 04/11/2011:

- * Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho
- * Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica
- * Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social
- * Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
- * Serviços de Proteção Social Básica às Famílias
- * Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)

Relação das constatações da fiscalização:

4.1. PROGRAMA: 0068 - Erradicação do Trabalho Infantil

Ações Fiscalizadas

4.1.1. 2060 - Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho

Objetivo da Ação: Ação referente ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, destinada ao oferecimento de atividades socioeducativas com o fim de garantir o direito ao não trabalho às crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos e que se encontram em situação de trabalho, conforme identificado pelo Cadastro Único do Governo Federal.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201115993	Período de Exame: 01/01/2010 a 31/08/2011
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 50.000,00
Objeto da Fiscalização: Atuação do gestor municipal no planejamento, execução e acompanhamento das atividades socioeducativas, principalmente quanto ao oferecimento de infra-estrutura adequada para realização do serviço socioeducativo e quanto à qualidade dos gastos realizados para custeio do serviço, assim como a gestão e o controle das frequências dos beneficiários.	

4.1.1.1 Constatação

Ausência de controle de distribuição de materiais

Fato:

Durante a verificação em campo no local de execução do serviço sócio educativo do PETI no município de Sangão-SC, constatou-se que não há controle de distribuição de materiais entregue aos beneficiários e suas famílias. Foi solicitada a apresentação dos controles de recebimento e entrega de materiais para os alunos, bem assim como dos itens para confecção das refeições servidas aos beneficiários do programa. Também não há controle de estoque de itens alimentícios.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...)

Ausência de controle de distribuição de materiais

Resposta: Conforme o constatado não era realizado o controle de materiais e alimento para execução do programa PETI, os alimentos e materiais a maioria são fornecido pela Secretária de Educação, os materiais didáticos são fornecido Pela Secretaria de Desenvolvimento Social.O fato dos alimentos e materiais de limpeza ser fornecido pela Secretaria de Educação e devido a licitação da merenda escolar."

Análise do Controle Interno:

A justificativa apresentada corrobora o fato apontado.

4.1.1.2 Constatação

Ausência de Controle de frequência

Fato:

Durante a verificação em campo no local de execução do serviço sócio educativo do PETI no município de Sangão-SC, constatou-se que não há controle eficiente da frequência dos beneficiários ao programa, bem assim o controle do percentual de frequência lançado no sistema SISPETI.

O período de fiscalização in loco foi de 17 a 21/10/2011. Ao verificarmos o lançamento da frequência no sistema SISPETI, verificou-se que no mês de agosto de 2011 não havia nenhum lançamento. Por outro lado, durante a verificação em campo na data de 19/10/2011, constatou-se que as monitoras não tinham consigo as listas de chamadas atualizadas. Foi relatado também que eventualmente os beneficiários participam de “escolinha de futebol” em outro local, e que embora isso seja considerado atividade para fins de presença, nem sempre é registrado no livro de presenças.

Tais fatos demonstram a ausência de controle efetivo dos registros de frequência ao programa socioeducativo.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...)

Conforme o constatado, houve deficiência no controle de frequência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o fato de não ser lançado no SISPETI a frequência escolar do mês de agosto foi um esquecimento da pessoa responsável, porém salientamos que sempre é realizado tal procedimento, referente às monitoras não ter consigo as listas de presença atualizadas, buscaremos que este fato não se repita mais, a falta de controle sobre os alunos que frequentam a “escolinha de futebol”, será disponibilizado uma lista de presença na “escolinha de futebol”, dos alunos que frequentam a mesma para realizarmos o controle de frequência.”

Análise do Controle Interno:

De acordo com a justificativa apresentada, a auditada corrobora o fato apontado e apresenta soluções para sanar as deficiências constatadas.

4.1.1.3 Constatação

Ausência de execução da atividade em todos os dias da semana

Fato:

A Prefeitura Municipal de Sangão-SC executa o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no município, cujo objetivo é oferecer atividades socioeducativas com o fim de garantir o direito ao não trabalho às crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos e que se encontram em situação de trabalho conforme indicado pelo Cadastro Único do Governo Federal.

Contudo, verificou-se que os beneficiários participam das atividades em apenas 4 dias da semana, não atendendo a carga horária semanal estabelecidas como meta pelo programa.

As atividades ocorrem apenas de 2ª à 5ª feira, não ocorrendo às sextas-feiras. Dessa forma, não é atendida a premissa básica do programa, qual seja, oferta de atividades diárias de segunda à sexta-feira com carga horária mínima de 4 horas diárias.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...)

Ausência de execução da atividade em todos os dias da semana.

Resposta: Salientamos, que após reunião com Coordenação, gestora da Assistência Social e equipe técnica, definimos que no início do primeiro semestre de 2012 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil irá funcionar os cinco dias da semana com carga horária de 04 (quatro).”

Análise do Controle Interno:

De acordo com as justificativas apresentadas, a auditada acata a constatação e apresenta a intenção de executar a atividade durante 5 dias da semana a partir do exercício de 2012.

4.1.1.4 Constatação

Ausência de cadastro do número de monitores no SISPETI

Fato:

Ao verificar o cadastro da atividade no SISPETI, constatou-se que não há referência à quantidade de monitores alocados nas atividades.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...)

Ausência do número de monitores no SISPETI

Resposta: Estaremos providenciando o cadastro dos mesmos no SISPETI, neste mês de novembro, alocando cada professor com atividade que executa."

Análise do Controle Interno:

De acordo com a justificativa apresentada, a Unidade auditada corrobora a constatação e informa a intenção de alimentar o cadastro dos professores no Sispeti, sanando o fato apontado.

4.1.1.5 Constatação

Ausência de atividades no período de recesso escolar

Fato:

Durante a verificação em campo constatou-se que não há registro de atividades do serviço socioeducativo no período de recesso escolar.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...)

Ausência de atividades no período de recesso escolar.

Resposta: No período do recesso escolar devido à maioria de Crianças e Adolescentes que freqüentam o Programa necessitar de transporte, sendo que o mesmo neste período não realiza a rota o programa sofre algumas alterações, ou seja, não realizam todos os dias as atividades sócioeducativas, mas realizamos em dias alternados passeios e atividades extras, apesar de não termos nenhum registro anterior que comprove estas atividades, no entanto as mesmas são realizadas no período do recesso escolar, entretanto estamos nos organizando para registrar todas as atividades que iremos realizar neste próximo ano de 2012, outro fato bem relevante que nos leva a suspender o atendimento integral no núcleo do PETI Orvalho I, no período do recesso escolar está relacionado ao calor, sendo que a estrutura do local que funciona o Programa não é favorável tornando impossível manter as crianças e adolescentes no local, devido o forte calor."

Análise do Controle Interno:

A justificativa apresentada corrobora a constatação. A unidade se propõe a buscar alternativas para permanecer com atividades durante o período de recesso escolar, providenciado o seu registro.

4.1.1.6 Constatação

Ausência de capacitação dos monitores no PETI

Fato:

Não houve capacitação dos monitores do PETI do município de Sangão-SC nos últimos dois anos.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...) Ausência de capacitação dos monitores no PETI

Em cada início de ano letivo os monitores participam de uma capacitação fornecida pela Secretaria de Educação, porém o foco não é para trabalhar com as atividades socioeducativa oferecidas no PETI, neste ano iremos realizar uma capacitação somente para os monitores que irão trabalhar com as oficinas socioeducativas do Programa PETI."

Análise do Controle Interno:

A justificativa apresentada corrobora a situação apontada. No entanto, a Unidade auditada se propõe a buscar capacitação específica para monitores do PETI em breve.

4.2. PROGRAMA: 1006 - Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ações Fiscalizadas
4.2.1. 8249 - Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social Objetivo da Ação: Assegurar o funcionamento do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS e a realização de conferências nacionais, assim como apoiar técnica e financeiramente a manutenção dos conselhos estaduais, do Distrito Federal (DF) e municipal de assistência social, em virtude de constituírem-se em instâncias deliberativas e de controle social no Sistema Único de Assistência Social. .

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201116056	Período de Exame: 01/01/2010 a 31/08/2011
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: Não se aplica.
Objeto da Fiscalização: Instâncias de controle social das áreas de assistência social criadas, atendendo aos critérios de paridade, e atuantes.	

4.2.1.1 Constatação

Atuação deficiente do Conselho Municipal de Assistência Social

Fato:

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Sangão-SC não vem atuando

efetivamente, tendo em vista que, de acordo com os registros em ata, no exercício de 2010 ocorreram apenas 4 reuniões. Já no exercício de 2011, até 18/10/2011, data de fiscalização por parte desta CGU, ocorreram 3 reuniões.

Não há registros de fiscalização “in loco” das atividades, bem como não há evidências de acompanhamento de ações relativas às atividades de Assistência Social no município.

Além disso, o Conselho que foi nomeado em 01 de julho de 2009 por intermédio do Decreto nº 023/09 já teve seu mandato expirado, e até a data de fiscalização desta CGU não havia sido formalizada nova comissão.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...) Conforme o que foi observado nas atas de registro, não era realizado, as reuniões mensais devido ser marcados inúmeras reuniões e infelizmente compareciam um número muito inferior e as reuniões acabavam não acontecendo. Com essa dificuldade de reunir o Conselho da Assistência Social acabou prejudicando sua funcionalidade, não fiscalizando as entidades de Assistência Social bem como as atividades do Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Ressaltamos que foi realizada nova eleição e os novos conselheiros já assumiram o cargo. Conforme registrado na ata número quadragésima quarta.”

Análise do Controle Interno:

De acordo com a justificativa apresentada pela Unidade, acatou-se a constatação e procedeu-se à nova eleição para composição do conselho.

4.2.1.2 Constatação

Conselho Municipal de Assistência Social não possui composição paritária entre Governo e Sociedade

Fato:

Em sua última composição efetivada em 01/07/2009 por intermédio do Decreto nº 023/09 , o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Sangão-SC não foi criado de forma paritária com integrantes do governo e da Sociedade. Dos seus vem 24 integrantes, 12 representam o governo local e 12 representam a sociedade civil. No entanto, dos 12 representantes da sociedade civil, 3 fazem parte dos quadros da Prefeitura Municipal, o que compromete a almejada paridade na composição do conselho.

Além disso, a presidente do Conselho é a Assistente Social do Município, o que compromete a função fiscalizatória do Conselho, uma vez que ocorre a sobreposição de funções na mesma pessoa: gestor e fiscalizador.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC

assim se manifestou:

“ (...)

O Conselho Municipal de Assistência Social, esta formado com seis representantes do Governo e seis representantes da Sociedade Civil, no entanto quando foi citado que o conselho não é paritário devido os representantes da Sociedade Civil, três deles serem do quadro dos funcionários da Prefeitura, isto ocorre, devido à falta de interesse da sociedade civil em participar de tais Conselhos, sendo que sempre que é realizado uma nova eleição para a composição do Conselho solicitamos para as entidades realizar reunião com seus membros e entre eles em assembléia são escolhidos tais representantes, sendo assim a prefeitura não tem influencia em tal escolha.

Referente à Assistente Social do município ser a Presidente do Conselho de Assistência Social, fato que ocorreu devido não ter ninguém que se dispusesse a assumir o referido Conselho, porém com a nova composição do Conselho o Presidente eleito é da Sociedade Civil."

Análise do Controle Interno:

A justificativa apresentada corrobora o fato apontado. No entanto, a Unidade informa que com a nova composição do conselho assumiu um representante da Sociedade Civil na qualidade de Presidente.

4.3. PROGRAMA: 1384 - Proteção Social Básica

Ações Fiscalizadas
4.3.1. 2B30 - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica Objetivo da Ação: A ação visa financiar a construção, ampliação, reforma e/ou modernização das instalações utilizadas para prestação dos serviços assistenciais do município, bem como a aquisição de equipamentos para seu funcionamento. Podem ser financiadas, ainda, ações voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade social

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201115833	Período de Exame: 31/12/2009 a 30/09/2011
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	722235
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 122.328,34
Objeto da Fiscalização: Verificar a regularidade da execução dos recursos de convênios celebrados com os municípios, em especial no tocante à gestão dos recursos; procedimentos licitatórios; execução do objeto conveniado; atingimento dos objetivos e apresentação da prestação de contas.	

4.3.1.1 Constatação

Falta de publicação de edital de licitação no Diário Oficial da União e em jornal de grande

circulação no Estado.

Fato:

A Prefeitura Municipal de Sangão realizou a Tomada de preços TP 001 / FMAS /2011 para contratação de empresa para construção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) conforme objeto do Contrato de Repasse SIAFI Nº 722235 (Contrato de Repasse nº 0307642-56/2009) assinado com o Fundo Nacional de Assistência Social.

A publicação do edital da tomada de Preços foi publicada apenas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina não havendo publicação no Diário Oficial da União (DOU) e em jornal de grande circulação no Estado e na região conforme determina a Lei 8.666/93, no seu artigo 21.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício SAF Nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação:

"Conforme o que foi constatado o Edital de licitação não foi publicado Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no Estado."

Análise do Controle Interno:

Mantida a constatação, pois a Prefeitura apenas confirmou a existência do problema.

4.3.1.2 Constatação

Falta de designação formal de fiscal de contrato.

Fato:

Para execução do Contrato de Repasse nº 0307642-56/2009, assinado com o Fundo Nacional de Assistência Social via Caixa Econômica Federal, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC contratou a empresa Terra Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda. ME através da Tomada de Preços TP001/FMAS /2011 para construção de uma edificação para funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Não verificamos no Processo de Contratação a designação formal de fiscal do contrato para acompanhar a execução das obras conforme determina o artigo 67 da Lei 8.666/93.

Ressalte-se que em fiscalização realizada pela Caixa Econômica Federal, em 12/09/2011, a mesma constatou problemas de elementos estruturais com armadura exposta e a aplicação de tijolos cerâmicos com defeitos e rachaduras, denotando falhas no acompanhamento das obras por parte da Prefeitura Municipal de Sangão/SC.



Manifestação da Unidade Examinada:

Por meio do Ofício SAF Nº 212, de 28/11/2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC apresentou a seguinte manifestação: "Em resposta ao questionamento referente aos problemas de execução apontados na obra de construção do CRAS, ressaltamos que as trincas encontradas nos tijolos cerâmicos não refletem problemas em relação à qualidade da obra, sendo que a alvenaria tem função somente para vedação das paredes, sendo a obra estruturada em concreto armado. Quanto ao problema de escariações junto aos elementos estruturais, as mesmas foram preenchidas com concreto garantido perfeita eficácia da estrutura existente."

Análise do Controle Interno:

Mantida a constatação, pois a Prefeitura não justifica a ausência da designação formal do fiscal do contrato, mas apenas justifica os exemplos utilizados para demonstrar a importância do mesmo.

Ações Fiscalizadas
4.3.2. 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica às Famílias Objetivo da Ação: Atender a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio do Programa de Atenção Integral às Famílias, ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201115888	Período de Exame: 01/01/2010 a 31/08/2011
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 31.500,00
Objeto da Fiscalização: Atuação do gestor no planejamento, execução e acompanhamento dos serviços oferecidos no CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, em especial no tocante a oferta dos serviços; eficiência e legalidade na execução dos recursos e acompanhamento/supervisão das atividades desenvolvidas.	

4.3.2.1 Constatação

Deficiências no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Fato:

O Município de Sangão-SC inaugurou em 30 de março de 2011 o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, localizado na rua São João Batista, nº 28, Bairro Morro Grande.

O horário de atendimento é de 07h às 17h, de segunda à sexta-feira.

A equipe é composta por uma assistente social, uma psicóloga e um agente administrativo que atuam diretamente no CRAS. Além disso, a Prefeitura Municipal informou que há uma Coordenadora lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social que eventualmente se desloca até o

CRAS para o Planejamento das atividades.

O CRAS do Bairro Morro Grande corresponde ao de município de pequeno porte nível I, sendo sua equipe mínima definida pela norma NOB SUAS RH – Resolução CNAS nº 269 de 13/12/2006, como segue:

Centro de Referência da Assistência Social – CRAS
Pequeno Porte I
Até 2.500 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro, preferencialmente psicólogo.
2 técnicos de nível médio

Sendo assim, ainda falta um técnico de nível médio para completar o perfil mínimo da equipe exigido pela Resolução CNAS nº 269.

Com relação às instalações físicas e sanitários, verificou-se que no CRAS existe apenas um sanitário disponível, sem adaptação para portadores de necessidades especiais. Contudo, está em andamento a construção de um novo CRAS, cuja inauguração está prevista para meados de janeiro de 2012. No projeto do novo CRAS está contemplada a adequação das instalações físicas para acesso de portadores de necessidades especiais.

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC informou que "" (...) referente a um técnico de nível médio que esta faltando na equipe do CRAS, estaremos analisando a possibilidade de contratação. Devido o fato do local que funciona o CRAS não ter sanitário adequado para portadores de necessidades especiais, este fato ocorre devido o bairro que funciona o Programa não disponibilizar de local adequado para locarmos, no estando no novo local que esta sendo construído o mesmo esta dentro dos parâmetros exigido pelo ministério de Desenvolvimento Social."

Manifestação da Unidade Examinada:

Análise do Controle Interno:

4.4. PROGRAMA: 1335 - Transferência de Renda com Condiionalidades - Bolsa Família

Ações Fiscalizadas
4.4.1. 8446 - Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família Objetivo da Ação: Transferir recursos financeiros aos estados e municípios com propósito de assegurar os recursos para a melhoria do desempenho da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família (PBF).

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201116267	Período de Exame: 01/01/2010 a 31/07/2011
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 13.442,04
Objeto da Fiscalização: Recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) incluídos no orçamento municipal e aplicados na melhoria da gestão do Programa Bolsa Família (nas áreas da saúde, educação e assistência social), e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).	

4.4.1.1 Constatação

Manutenção de recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) em conta corrente, sem aplicação no mercado financeiro.

Fato:

O Município de Sangão-SC recebe recursos do MDS por conta do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para o implemento de melhorias do desempenho da Gestão descentralizada do Programa Bolsa Família (PBF).

O recurso tem sido utilizado basicamente para pagamento de despesas de internet e outras relacionadas com outros programas. No entanto, a maior parte dos recursos tem permanecido parada na conta corrente de número 611257-9, Agência 2202-0, Banco do Brasil, sem aplicação financeira. Na data de 31/08/2011 o saldo na conta-corrente era de R\$ 11.117,16 .

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...) Manutenção de recursos do Índice de Gestão Descentralizada(IGD)em conta corrente, sem aplicação no mercado financeiro.

Resposta:

Salientamos que estaremos aplicando este recurso em aplicação financeira, referente ter usado o recurso do IGD para compras e execução de outros Programas, ocorreu devido ter entendido-se que sendo utilizados com famílias, crianças e adolescentes referenciadas no CRAS e PETI, sendo estas famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família poderia usar tal recurso.No entanto o débito mensal dos valores e títulos de “pagamento de mensalidade de internet”, já foi resolvido e devolvido para a conta do IGD."

Análise do Controle Interno:

De acordo com a justificativa apresentada, o município acata a constatação e apresenta medidas para sanar o apontado.

4.4.1.2 Constatação

Aplicação de recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) em despesas não elegíveis para o Programa Bolsa Família.

Fato:

O Município de Sangão-SC recebe recursos do MDS por conta do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) parao implemento de melhorias do desempenho da Gestão descentralizada do Programa Bolsa Família (PBF).

Durante a verificação das despesas pagas com recursos do IGD, constatou-se a aquisição de itens e contratação de serviços que não eram afetos à gestão do Programa Bolsa Família, como segue:

Data	Valor	Documento	Item	Destinação
20/04/2011	R\$ 726,80	850.009	Brinquedos	PETI
02/05/2011	R\$ 2.000,00	850.011	PC e periféricos de Informática adquiridos de CPR informática	Não identificado
02/05/2011	R\$ 797,50	850.008	5 Mesas e 20 cadeiras	CRAS
06/05/2011	R\$ 840,00	850.010	6 Puffs e 2 tapetes	CRAS
27/05/2011	R\$ 633,00	850.012	Tapetes e toalhas	CRAS

Além disso, há o constante débito mensal de valores a titulo de “Pagto Mensalidade Internet”, que é

lançado 3 vezes ao mês, como pode ser observado na planilha a seguir de valores debitados diretamente da conta-corrente 11.257-7, Agência 2202-0, Banco do Brasil, no período avaliado:

Posteriormente a conta-corrente foi alterada para o número 611.257-9, Agência 2202-0, Banco do Brasil. Contudo, permaneceu o débito dos valores relacionados à internet.

Data	Valor	Documento	Histórico
11/04/2011	R\$ 43,80	020.420	Pagamento Internet Mensalidade
20/04/2011	R\$ 34,90	020.420	Pagamento Internet Mensalidade
20/04/2011	R\$ 59,90	020.420	Pagamento Internet Mensalidade
10/05/2011	R\$ 43,80	020.420	Pagamento Internet Mensalidade
20/05/2011	R\$ 59,90	020.420	Pagamento Internet Mensalidade
20/05/2011	R\$ 34,90	020.420	Pagamento Internet Mensalidade
10/06/2011	R\$ 43,80	020.420	Pagamento Internet Mensalidade
20/06/2011	R\$ 34,90	020.420	Pagamento Internet Mensalidade
20/06/2011	R\$ 59,90	020.420	Pagamento Internet Mensalidade
11/07/2011	R\$ 43,80	020.420	Pagamento Internet Mensalidade
20/07/2011	R\$ 34,90	020.420	Pagamento Internet Mensalidade

20/07/2011	R\$ 59,90	020.420	Pagamento Internet	Mensalidade
------------	-----------	---------	--------------------	-------------

Não há registros nas notas fiscais de que as despesas foram realizadas com recursos originários do IGD. Também não há comprovação de que os bens móveis adquiridos com recursos do IGD seguiram as orientações do MDS para identificação e tombamento.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...) referente ter usado o recurso do IGD para compras e execução de outros Programas, ocorreu devido ter entendido-se que sendo utilizados com famílias, crianças e adolescentes referenciadas no CRAS e PETI, sendo estas famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família poderia usar tal recurso.No entanto o débito mensal dos valores e títulos de “pagamento de mensalidade de internet”, já foi resolvido e devolvido para a conta do IGD.”

Análise do Controle Interno:

De acordo com a justificativa apresentada pela Unidade, acatou-se a constatação apresentada.

4.4.1.3 Constatação

Ausência de identificação de pagamento com recursos do IGD.

Fato:

No curso da verificação documental das aquisições e demais despesas pagas com recursos do IGD, constatou-se a ausência de identificação do Programa/Ação nos comprovantes fiscais abaixo relacionados:

Data	Valor	Nota fiscal	Item	Fornecedor
20/04/2011	R\$ 726,80	1.749	Brinquedos	Marielle Ltda – Livraria e Papeleria
02/05/2011	R\$ 2.000,00	018	PC e periféricos de Informática adquiridos de CPR informática	CPR Informática
02/05/2011	R\$ 797,50	267	5 Mesas e 20 cadeiras	Henrique Ten Caten ME
06/05/2011	R\$ 840,00	02425	6 Puffs e 2 tapetes	Valdemar Móveis

27/05/2011	R\$ 633,00	3978	Tapetes e toalhas	Cassi Modas
------------	------------	------	-------------------	-------------

Manifestação da Unidade Examinada:

Não houve manifestação.

Análise do Controle Interno:

Não se aplica.

Ações Fiscalizadas
4.4.2. 8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) Objetivo da Ação: Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e extremamente pobres por meio de transferência direta de renda.

Dados Operacionais	
Ordem de Serviço: 201116211	Período de Exame: 01/01/2010 a 30/09/2011
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão	
Agente Executor: PREFEITURA DE SANGAO	Montante de Recursos Financeiros: R\$ 513.681,00
Objeto da Fiscalização: Renda per capita das famílias beneficiárias em conformidade com a legislação do Programa Bolsa Família (PBF); cumprimento do calendário de vacinação das crianças menores de 7 (sete) anos; beneficiários recebendo o benefício; disponibilização de serviços e estruturas institucionais; relação de beneficiários divulgada; procedimentos de cadastramento e de atualização cadastral devidamente executados; programas/ações complementares ao PBF implementados; registro da frequência no Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar - "Projeto Presença" em conformidade com os diários escolares; Órgão de Controle Social do PBF atuante.	

4.4.2.1 Constatação

Servidor municipal beneficiário do Programa Bolsa Família com renda per capital superior à estabelecida na legislação do Programa.

Fato:

No curso da fiscalização, constatou-se que a beneficiária de NIS 16587498737 é servidora da Prefeitura Municipal de Sangão e auferir renda incompatível com o perfil esperado para enquadrar-se como beneficiária do Programa Bolsa Família.

A renda auferida pela servidora é de R\$ 760,20 (valores referentes a setembro de 2011). Em seu cadastro junto ao CADUN, não há registro de outras pessoas pertencentes à unidade familiar. Por outro lado, permanece recebendo o benefício pelo Programa Bolsa Família.

O assunto já havia sido objeto de demanda de verificação pelo Tribunal de Contas da União no

exercício de 2009. Contudo, conforme foi apresentado cópia de relatório a esta CGU, a entrevistadora local do município à época entendeu que o benefício ainda era cabível.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...) A beneficiária de NIS 16587498737 realmente é funcionária da prefeitura sendo aprovada no último concurso no cargo de Servente. Por falha dos técnicos do programa não foi averiguado tal situação. Portanto, o mesmo já foi bloqueado para averiguação.”

Análise do Controle Interno:

De acordo com a justificativa apresentada, a unidade auditada reconhece o fato e tomou providências para saná-lo.

4.4.2.2 Constatação

Ausência de divulgação da lista de Beneficiários do Programa Bolsa Família

Fato:

A Prefeitura Municipal de Sangão/SC, na condição de Órgão Gestor do Programa Bolsa Família, não divulga a relação de beneficiários do programa, preconizado pelo Decreto 5.209/2004.

Tal Decreto prevê que seja dada publicidade aos munícipes contemplados pelo programa, como poder ser observado no § 1º. do Artigo 32:

" § 1º A relação de beneficiários do Programa Bolsa Família deverá ser amplamente divulgada pelo Poder Público municipal e do Distrito Federal."

Em inspeção física no mural da Prefeitura, constatou-se que tal informação não está disponível.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...) Ausência de divulgação da lista de Beneficiários do Programa Bolsa Família.

A divulgação da relação dos beneficiários do programa é anexada mensalmente nos Postos de Saúde e no CRAS do município. Com relação a exposição no mural da prefeitura realmente não era exposta, pois não sabia-se que seria necessário. Portanto, a partir desse mês já está sendo exposta no mesmo.”

Análise do Controle Interno:

De acordo com a justificativa apresentada, o município acata a constatação e se compromete a tomar providências para saná-la.

As listas eram disponibilizadas para consulta nos Postos de Saúde e no CRAS. No entanto, não eram afixadas em mural.

4.4.2.3 Constatação

Ausência de localização de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família nas escolas.

Fato:

07 alunos não foram localizados na escola em que estão cadastrados no município de Sangão, o que representa 10% da população investigada na amostra, como segue:

INEP	ESCOLA	NIS CRIANÇA	SITUAÇÃO
42.010.179	EEB BERNARDO SCHMITZ	16.096.235.310	DESISTIU
42.010.179	EEB BERNARDO SCHMITZ	16.222.221.832	DESISTIU
42.010.179	EEB BERNARDO SCHMITZ	16.283.025.138	DESISTIU
42.010.179	EEB BERNARDO SCHMITZ	16.287.780.682	TRANSFERIDO
42.010.390	EEB ALICE JULIA TEIXEIRA	16.128.749.985	DESISTIU
42.010.390	EEB ALICE JULIA TEIXEIRA	20.973.494.535	DESISTIU
42.112.028	NUCLEO ENSINO FUND ANGELO ANT FELISBERTO	16.109.281.574	DESISTIU

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...) A gestão do programa Bolsa Família realiza ações referentes as condicionalidades da Educação após receber os relatórios de frequência escolar. O último relatório recebido foi referente as frequências de junho/julho. Destacamos que nos referidos meses as escolas estaduais no município encontravam-se em greve, sendo elas: E.E.B. Bernardo Schmitz (INEP 42010179), E.E.B. Alice Teixeira Julia(INEP 42010390) e E.E.B. Maria Duarte Vasconcelos (INEP 42010160) sendo assim, em contato com o Ministério do Desenvolvimento sugeriu que fosse preenchido frequência integral para todos os alunos para que não fosse prejudicada nenhuma criança e/ou adolescente beneficiário do programa. Tal informação foi enviado para o Ministério do Desenvolvimento conforme ofício nº 015/SMEC/2011 de 20 de junho de 2011.

Assim, não era de conhecimento dessa gestão que os alunos de NIS 16.096.235.310/ 16.222.221.832/16.283.025.138/16.128749.985/20.973494.535 haviam desistido.

O NIS 16.287.780.682, conforme atualização realizada no dia 20/07/2011, o mesmo já havia sido transferido para o Núcleo de Ensino Fundamental Campo do Sangão (tal informação já está disponível na nova versão do Cadastro Único para Programas Sociais V7). Já o NIS 16.109.281.574, conforme declaração da Responsável Familiar(RF) em entrevista auto-declaratória no dia 27/05/2011, a mesma declarou que seu filho estaria frequentando normalmente.

Todos os beneficiários referentes aos NIS informados com irregularidades pela CGU foram bloqueados para que sejam averiguadas as situações."

Análise do Controle Interno:

De acordo com a justificativa apresentada, a Unidade acata a constatação e se compromete a averiguar a situação dos beneficiários que tiveram seus benefícios bloqueados.

Não houve comprovação documental, por parte da auditada, da alegada orientação fornecida pelo MDS para preenchimento da frequência integral dos alunos.

4.4.2.4 Constatação

Inconsistências entre os dados relativos à frequência escolar registrados no sistema projeto presença e o encontrado nos diários de classe.

Fato:

No curso da verificação do cumprimento das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família no município de Sangão, constatou-se que 15 alunos pertencentes à amostra não obtiveram os índices de frequência escolar mínimos para a obtenção do benefício no período compreendido entre junho e julho de 2011, como segue:

INEP	ESCOLA	NIS CRIANÇA	IDADE	FREQUÊNCIA REGISTRADA NO PROJETO PRESENÇA	FREQUÊNCIA VERIFICADA EM CAMPO
42.010.179	EEB BERNARDO SCHMITZ	16.672.482.513	8	100%	81,81%
42.010.179	EEB BERNARDO SCHMITZ	20.472.243.793	13	100%	75,00%
42.010.276	NUCLEO ENS FUND CAMPO DO SANGAO	16.599.067.175	9	100%	80,00%
42.010.390	EEB ALICE JULIA TEIXEIRA	20.133.434.588	10	100%	30,00%
42.010.390	EEB ALICE JULIA TEIXEIRA	20.618.976.994	15	100%	66,66%
42.010.390	EEB ALICE JULIA TEIXEIRA	16.606.444.307	17	100%	66,66%
42.010.489	NUCLEO ENSINO FUND AREINHA	20.740.777.283	9	100%	80,95%
42.112.028	N ENS FUND ANGELO ANT FELISBERTO	21.217.019.938	6	100%	66,66%
42.112.028	N ENS FUND ANGELO ANT FELISBERTO	16.483.329.831	8	100%	66,66%
42.112.028	N ENS FUND ANGELO ANT FELISBERTO	21.051.569.720	8	100%	76,66%
42.112.028	N ENS FUND ANGELO ANT FELISBERTO	16.681.536.744	9	100%	74,19%
42.112.028	N ENS FUND ANGELO ANT FELISBERTO	16.305.226.688	9	100%	53,57%

42.112.028	N ENS FUND ANGELO ANT FELISBERTO	16.411.622.958	13	100%	39,28%
42.112.028	N ENS FUND ANGELO ANT FELISBERTO	20.134.197.296	13	100%	67,85%
42.112.028	N ENS FUND ANGELO ANT FELISBERTO	16.430.537.235	10	100%	73,33%

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 10.836/04 e Artigos 2º e 3º da Portaria MDS/MEC Nr.3789/04, a frequência escolar mínima exigida para alunos beneficiários com idade de até 15 anos é de 85% de presença, enquanto para alunos beneficiários entre 16 e 17 anos, exige-se frequência mínima de 75%.

Tal constatação evidencia o descompasso entre o controle das condicionalidades, em especial a frequência na escola, com a realidade encontrada.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Prefeitura Municipal de Sangão/SC assim se manifestou:

“ (...) Como já foi citado anteriormente as escolas estaduais de nosso município encontravam-se em greve e, conforme orientação do Ministério do Desenvolvimento, o mesmo sugeriu que fosse preenchido frequência integral para todos os alunos para que não fosse prejudicada nenhuma criança e/ou adolescente beneficiário do programa. Sendo assim os NIS 16.672.482.513/20.472.243.793/20.133.434.588/20.618.976.994/16.606.444.307 são alunos de tais escolas. Com relação ao NIS 16.411.622.958, conforme declaração da Responsável Familiar(RF) em entrevista auto-declaratória no dia 27/05/2011, a mesma declarou que sua filha estaria frequentando normalmente. Os demais NIS estão com frequência 100%, conforme último relatório recebido por essa gestão.

Mesmo os relatórios recebidos estando com frequência acima de 85% todos os beneficiários referentes aos NIS informados com irregularidades pela CGU foram bloqueados para que sejam averiguadas as situações.

Análise do Controle Interno:

De acordo com as justificativas apresentadas, a Unidade auditada bloqueou os benefícios apontados para averiguação.

Em relação à alegada orientação emanada do MDS para preenchimento da frequência integral dos alunos, não houve comprovação documental por parte da auditada.

4.4.2.5 Constatação

Conselho Municipal de Assistência Social não possui composição paritária entre Governo e Sociedade

Fato:

Em sua última composição efetivada em 01/07/2009 por intermédio do Decreto nº 023/09 , o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Sangão-SC não foi criado de forma paritária com integrantes do governo e da Sociedade. Dos seus vem 24 integrantes, 12 representam o governo local e 12 representam a sociedade civil. No entanto, dos 12 representantes da sociedade civil, 3 fazem parte dos quadros da Prefeitura Municipal, o que compromete a almejada paridade na composição do conselho.

Além disso, a presidente do Conselho é a Assistente Social do Município, o que compromete a função fiscalizatória do Conselho, uma vez que ocorre a sobreposição de funções na mesma pessoa: gestor e fiscalizador.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício SAF nº 212, de 28 de novembro de 2011, a auditada assim se manifestou:

"O Conselho Municipal de Assistência Social, esta formado com seis representantes do Governo e seis representantes da Sociedade Civil, no entanto quando foi citado que o conselho não é paritário devido os representantes da Sociedade Civil, três deles serem do quadro dos funcionários da Prefeitura, isto ocorre, devido à falta de interesse da sociedade civil em participar de tais Conselhos, sendo que sempre que é realizado uma nova eleição para a composição do Conselho solicitamos para as entidades realizar reunião com seus membros e entre eles em assembléia são escolhidos tais representantes, sendo assim a prefeitura não tem influencia em tal escolha.

Referente à Assistente Social do município ser a Presidente do Conselho de Assistência Social, fato que ocorreu devido não ter ninguém que se dispusesse a assumir o referido Conselho, porém com a nova composição do Conselho o Presidente eleito é da Sociedade Civil."

Análise do Controle Interno:

De acordo com a justificativa apresentada, a auditada reconheceu o fato e tomou providências para saná-lo.

4.4.2.6 Constatação

Atuação deficiente do Órgão de Controle Social

Fato:

No município de Sangão-SC, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) atua como Instância de Controle Social. Nesse sentido, sua atuação tem sido deficitária tendo em vista que, de acordo com os registros em ata, no exercício de 2010 ocorreram apenas 4 reuniões. Já no exercício de 2011, até 18/10/2011, data de fiscalização por parte desta CGU, ocorreram 3 reuniões.

Além disso, não há registros de fiscalização "in loco" das atividades relativas ao Programa Bolsa Família, bem como não há evidências de acompanhamento do atendimento às condicionalidades do PBF e dos procedimentos de cadastramento das famílias no cadastro único. Também não há evidências de acompanhamento de procedimentos de gestão dos benefícios do PBF.

O Conselho que foi nomeado em 01 de julho de 2009 por intermédio do Decreto nº 023/09 já teve seu mandato expirado, e até a data de fiscalização desta CGU não havia sido formalizada nova comissão.

Manifestação da Unidade Examinada:

Por intermédio do ofício SAF nº 212, de 28 de novembro de 2011, a Unidade assim se manifestou:

" Conforme o que foi observado nas atas de registro, não era realizado, as reuniões mensais devido ser marcados inúmeras reuniões e infelizmente compareciam um número muito inferior e as reuniões acabavam não acontecendo. Com essa dificuldade de reunir o Conselho da Assistência Social acabou prejudicando sua funcionalidade, não fiscalizando as entidades de Assistência Social bem como as atividades do Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Ressaltamos que foi realizada nova eleição e os novos conselheiros já assumiram o cargo. Conforme registrado na ata número quadragésima quarta."

Análise do Controle Interno:

De acordo com a manifestação da auditada, a Unidade acata a constatação e se compromete a tomar providências para sanar o fato.